



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRO- UNILAB  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

**ELIA MARIA LEANDRO UANGNA**

**PARTICIPAÇÃO DA ETNIA BALANTA NA LUTA DE LIBERTAÇÃO E  
DEMOCRATIZAÇÃO DE GUINÉ-BISSAU**

**REDENÇÃO-CE  
2017**

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFRO-BRASILEIRO- UNILAB  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

ELIA MARIA LEANDRO UANGNA

PARTICIPAÇÃO DA ETNIA BALANTA NA LUTA DA LIBERTAÇÃO E  
DEMOCRATIZAÇÃO DE GUINÉ-BISSAU

Trabalho de conclusão de Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades apresentado à Banca Examinadora pela estudante Elia Maria Leandro Uangna, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidade pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

**Orientação:**

Prof. Dr. Ricardino Dumas Teixeira

REDENÇÃO-CE

2017

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Uangna, Elia Maria Leandro.

U11p

Participação da etnia balanta na luta de libertação e  
democratização da Guiné-Bissau / Elia Maria Leandro Uangna. -  
Redenção, 2019.  
59f: il.

Monografia - Curso de Humanidades, Instituto de Humanidades,  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-  
Brasileira, Redenção, 2019.

Orientador: Prof Dr. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira.

1. Grupos étnicos - Balanta. 2. Etnocidade. 3. Guiné-Bissau.  
I. Título

CE/UF/BSP

CDD 305.8

---

ELIA MARIA LEANDRO UANGNA

A PARTICIPAÇÃO DOS BALANTAS NA LUTA DE LIBERTAÇÃO E  
DEMOCRATIZAÇÃO DE GUINÉ-BISSAU

Trabalho de conclusão de Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades apresentado à Banca Examinadora pela estudante Elia Maria Leandro Uangna, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidade pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Aprovada em: 04/08/2017

**EXAMINADORES**

---

Prof. Dr. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira (Orientador – UNILAB)

---

Prof. Dra. Janaina Lobo (Examinadora – UNILAB)

---

Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho (Examinador – UNILAB)

Redenção-CE

2017

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu querido e amado pai, Leandro Uangna (in memoriam), à minha mãe, Aguinalda Becura Uangna, pelo carinho e confiança que sempre tiveram em mim; aos meus irmãos, Paulo Sumba Leandro Uangna e Sunhana Leandro Uangna, pelo apoio durante essa caminhada, e às minhas irmãs, Adilberta Leandro Uangna, Bissumande Leandro Uangna, Paula Bissane Leandro Uangna e Duturna Leandro Uangna.

## AGRADECIMENTO

A princípio, agradeço a Deus pai todo poderoso que permitiu que tudo isso acontecesse ao longo da minha vida, não somente nesses anos de universidade, mas em todo momento, meu maior mestre, que conheci, aos meus ancestrais, que nunca me abandonaram.

Agradeço à minha mãe, Aguinalda Becura Uangna, minha heroína, que sempre me deu incentivo e apoio nos momentos mais difíceis de desânimo, tristeza e cansaço. Ao meu querido e amado pai, Leandro Uangna (*em memoriam*), que sempre lutou pela minha formação.

Agradeço especialmente aos meus irmãos e irmãs, Adilberta Leandro Uangna, Bissumande Leandro Uangna, Juelcio Justino Uangna, Paulo Sumba Leandro Uangna, Paula Bissane Leandro Uangna, Sunhana Leandro Uangna e Duturna Leandro Uangna, que durante esses anos de estudo, longe da família, sempre me fizeram entender que a construção de um futuro é feito a partir de constante dedicação no presente.

Aos meus queridos tios, Pascoal Malu e Tomás Uangna, que sempre me apoiam durante toda a minha vida acadêmica; aos frades franciscanos de Brá, Fr. Benício Luís N´fitcha, Boaventura da Silva, Domingos Tchigna Infanda, padre Quintino Candandji; mano Gigi Ferrari, meu professor de ensino fundamental. À Diocese Católica de Bissau, meus agradecimentos por terem colaborado na minha educação.

Meus sinceros agradecimentos à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileiro (UNILAB), seu corpo docente, direção e administração que me deram a oportunidade de fazer curso superior, por meio de cooperação Brasil Guiné-Bissau.

Agradeço ao Instituto de Humanidades e Letras, da UNILAB, em particular, seu Diretor, Prof. Dr. Maurilio Machado; ao Coordenador do curso de Humanidades; Prof. Dr. Leandro Proença, sem esquecer-se das servidoras do Instituto, na pessoa de Leiliane Pontes e a Priscila Abrão, que sempre me deram força e atenderam de forma carinhosa.

Ao meu querido e amado professor, orientador Dr. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira, que sempre acreditou em mim e no meu projeto de pesquisa, que resultou neste trabalho, por ter me orientado há dois anos, agradeço a sua paciência, seu incentivo e a sua presença. Meus agradecimentos ao Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho, à Profa. Dra. Janaina Lobo, Prof. Basílele Malomalo, a todos os professores da UNILAB, em particular, os do BHU.

Agradeço meus amigos irmãos e companheiros Fernando Siga, Maio Albino Tambá, Edina Ié e Nancy da Costa, que compartilhamos a mesma casa, os segredos e as dificuldades, minha gratidão por terem me dado força e apoio nos momentos mais difíceis em que queria desistir dessa caminhada, bem como os conselhos que não faltavam.

Aos amigos de Bacharelado, companheiros/as de caminhada, que sempre me auxiliaram e dividimos os melhores e piores momentos juntos, Peti Mama Gomes, Imelson N'tchala Cá, Medilanta Eliseu Amós Tubento, Niuanca Pedreira, Loias Sara Bernardes Wango, Antero Mendes, Danildo Biaguê, Sambité Santos Cabi, Marceano Saudi N'dafa, Rumano Regna, André Lopes Júnior Có, Nicolas Viegas da Costa, Fatumata Embaló, Satumata Sambu Sanhá, Felizberto Mango, Marceano Tomas Urem da Costa, Aminata Mendes e Tamilton Gomes Teixeira.

Ao meu querido amigo, irmão, namorado e conselheiro, Farã Vaz, que sempre soube me entender durante esse momento de construção do meu trabalho. Às vezes eu descarregava todo o meu estresse por cima dele, mas sempre me dava força e animo meus agradecimentos especiais a ti. Aos estudantes da UNILAB, em particular, os guineenses, em especial, bem como colegas da turma 2014.1.

Meus agradecimentos para todos meus interlocutores, que aceitaram participar na pesquisa, com suas visões sobre Balantas, todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a sua concretização. Vocês são muitos que eu não pude vos mencionar.

**EPIÍGRAFE**

“Vá minha filha, tenho certeza que continuarás ser a mesma pessoa que és em qualquer parte do mundo” (Leandro Uangna).



## RESUMO

O presente trabalho propõe um estudo referente à participação da etnia Balanta na luta de libertação e democratização de Guiné-Bissau. O nosso interesse não é analisar Guiné-Bissau desde o início da década de 1960, com o processo de luta, nem tão pouco, analisar toda a década de 1990 que conduziu os guineenses para abertura política. O que não seria possível, pelo lastro temporal. O estudo visa apenas entender qual é a visão dos estudantes guineenses que, embora não tenham vivido o processo de luta, têm entendimentos que, por si próprios, adquiriram em suas trajetórias e experiências no país como guineenses que nos possibilitam compreender tal contexto. Outra motivação tem haver com o fato de que grande parte dos estudantes se identificam com suas etnias, sentimentos, culturas, línguas que constitui sua identidade no contexto mais amplo da identidade nacional. Nesse sentido, procurou-se compreender a convicção que têm meus interlocutores sobre a participação dos Balantas na luta de libertação e na democratização, tendo por base os nossos objetivos da pesquisa. Para dar conta do objeto, o trabalho adotou a metodologia qualitativa que procura responder a questões muito particulares, quais sejam: Visões sobre Balantas no contexto colonial, Balantas e a luta de libertação, independência e democratização para entender a dinâmica de relações social e políticas guineenses que, por sua vez, são depositárias de valores, atitudes, hábitos e crenças. A análise apontou que a participação dos Balantas na luta de libertação sob a liderança de PAIGC ficou ampliada com o processo de democratização em que passaram a ser vistos como atores que disputam o poder no estado e nas Forças Armadas, particularmente a partir da eleição do antigo presidente Koumba Yalá, líder do partido PRS. É também a partir desse período, sobretudo, com o conflito de 1998, que houve uma mudança radical na sociedade e na política guineense, com a proliferação de identidades étnicas de grupos que preservam suas identidades. É nesse período também em que alguns líderes Balantas passaram a ser vistos como indivíduos “instrumentalistas” da etnicidade no campo da disputa política, não obstante visões positivas dos Balantas e de suas lideranças durante o processo da colonização luta de libertação e democratização da Guiné-Bissau.

**Palavras-chave:** Balantas; Luta de Libertação, Democratização; Conflitos; Guiné-Bissau;

## ABSTRACT

The present work proposes a study on the participation of Balanta in the struggle for Bissau from the beginning of the 1960s, with the struggle process, nor to analyze the entire liberation and democratization in Guinea-Bissau. Our interest is not to analyze Guinea 1990s that led Guineans to political opening. One would not be possible, by the temporal ballast. The study aims only to understand the vision of the Guinean students who, although have not lived the process of struggle, but have understandings that, in their own way, acquired in their trajectories and experiences in the country as Guineans that enable them to understand such context. Another motivation has to do with the fact that most students identify with their ethnicities, feelings, cultures, languages that constitute their identity in the broader context of national identity. In this sense, we tried to understand the conviction that my interlocutors have about the participation of Balantas in the struggle for liberation and democratization, based on our research objectives. In order to give an account of the object, the work adopted the qualitative methodology that seeks to answer very specific questions, namely: Visions on Balantas in the colonial context, Balantas and the struggle for liberation, independence and democratization to understand the dynamics of social relations and political Guinea which, in turn, are custodians of values, attitudes, habits and beliefs. The analysis pointed out that the participation of Balantas in the liberation struggle under the leadership of PAIGC was amplified with the process of democratization in which they came to be seen as actors that dispute the power in the state and in the Armed Forces, particularly since the election of the Koumba Yalá, leader of the PRS party. It is also from this period, especially with the conflict of 1998, that there has been a radical change in Guinean society and politics, with the proliferation of ethnic identities of groups that preserve their identities. It was during this period that some Balantas leaders came to be seen as "instrumentalists" of ethnicity in the field of political dispute, notwithstanding the positive views of the Balantas and their leaders during the process of liberation and democratization of Guinea- Bissau.

**Key-words:** Balantas; Liberation Struggle; Democratization; Conflicts; Guinea Bissau.

## RÉSUMÉ

Le présent travail propose une étude sur la participation d'ethnie Balanta dans la lutte de la libération et de la démocratisation de la Guinée-Bissau. Notre intérêt n'est pas d'analyser la Guinée-Bissau depuis le début des années 1960, avec le proces de lutte, ni d'analyser toute la décennie de 1990 qui a conduit les bissau- guinéens à l'ouverture politique. Ce qui ne serait pas possible, pour le ballast temporel. L'étude vise à comprendre exactement quelle est la vision des étudiants bissau- guinéens qui, bien qu'ils n'ont pas vécu long processus de lutte, ont la compréhension que, par eux-mêmes, acquièrent dans leur carrière et d'expériences dans le pays comme la Guinée qui nous permettent de comprendre ce contexte. Une autre motivation a à voir avec le fait que la plupart des étudiants s'identifient à leurs ethnies, des sentiments, des cultures, des langues qui constituent leur identité dans le contexte plus large de l'identité nationale. En ce contexte, il s'est essayé de comprendre la conviction que mes interlocuteurs ont sur la participation des Balantas dans la lutte de libération et de démocratisation, en fonction de nos objectifs de recherche. Pour tenir compte de l'objet, l'étude a adopté une méthodologie qualitative qui vise à répondre à des questions très spécifiques, tels que: Vision sur Balantas dans le contexte colonial, Balantas et la lutte pour la libération, l'indépendance et la démocratisation de comprendre la dynamique des relations sociales et politiques Guinéennes qui, à leur tour, ils sont les gardiens de valeurs, les attitudes, les habitudes et les croyances. L'analyse a souligné que la participation des Balantas dans la lutte de libération sous la direction du PAIGC a été élargi avec le processus de démocratisation qui allait être considérés comme des acteurs que disputent le pouvoir dans l'Etat et les forces armées, en particulier dans l'élection du Koumba Yala, chef du parti PRS. Il est également de cette période, en particulier avec le conflit de 1998, qu'il y avait un changement radical dans la société et dans la politique guinéenne, avec la prolifération des groupes identitaires ethniques qui préservent leur identité. Il est à cette époque aussi que certains dirigeants balantas ont été considérés comme des individus « instrumentistes » de l'ethnicité dans le domaine du conflit politique, en dépit des opinions positives de la Balantas et ses dirigeants pendant le processus de colonisation et de lute de la libération et de la démocratisation de la Guinée-Bissau .

**Mots-clés:** Balantas; Lutte de libération, Démocratisation; Conflits; Guinée-Bissau.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Metodologia e caminho para análise .....	12
CAPÍTULO 1: GUINÉ-BISSAU ANTERIOR A PRESENÇA EUROPEIA PORTUGUESA .....	15
1.1. Formação social e histórica de Guiné-Bissau .....	17
1.2. Portugueses na costa da Guiné e a colonização.....	21
CAPÍTULO 2: O CONCEITO DE RAÇA, ETNIA E GRUPOS ÉTNICOS.....	32
2.1. Raça .....	32
2.2. Etnia, classe e grupos étnicos .....	33
2.3. Os grupos étnicos e cultura.....	35
CAPÍTULO 3: ANÁLISE DAS VISÕES SOBRE OS BALANTAS.....	40
3.2. Visões sobre Balantas no contexto colonial .....	40
3.3 Balantas na luta de libertação e independência .....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS .....	56

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho pretende estudar a participação da etnia Balanta na luta de libertação e democratização de Guiné-Bissau, tendo como foco principal analisar visões que os entrevistados têm da participação dos Balantas no contexto colonial, luta de libertação, independência e democratização.

A etnia Balanta é um dos grupos majoritários da Guiné-Bissau que tiveram forte participação numérica e política no processo de luta de libertação nacional para a independência contra o jugo colonial do regime português e durante a democracia no país.

A razão deste TCC não se restringe à obrigatoriedade de entregar ou cumprir a carga horária, mas sim minha inquietação de conhecer uma das etnias guineenses, os Balantas, não na sua totalidade, mas a partir das visões que os entrevistados têm sobre Balantas e suas participações nos três momentos acima apontados. Esta escolha advém das leituras que têm chamado minha atenção e que nos possibilita conhecer a vida política do país marcada por sucessivos conflitos e disputas envolvendo diferentes grupos étnicos.

O trabalho está projetado em quatro momentos sem contar com a introdução, sendo o primeiro faz uma análise do contexto social, histórico e político de Guiné-Bissau, que serviu de base para o enquadramento do tema de pesquisa, o segundo consiste em revisão bibliográfica sobre o conceito de raça, como construção social, conceito de etnia e grupos étnicos em terceiro analisemos as visões que os entrevistados têm dos Balantas, nos três momentos e por último faremos uma consideração do nosso trabalho.

A realização dessa pesquisa visa contribuir com o estudo sobre uma das etnias majoritárias que tiveram um forte engajamento em todo o processo político de Guiné-Bissau, podendo abrir espaço para realização de novas pesquisas numa das áreas ainda pouco estudada sobre participação política dos grupos étnicos guineense.

### **Metodologia e caminho para análise**

O presente estudo se insere no campo da pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa é um meio para analisar e entender como uma determinada pessoa ou grupo de pessoas entendem um determinado fenômeno social ou humano (GIL, 2008).

Nessa perspectiva, interessa-nos entender como os estudantes guineenses na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) interpreta, a partir das entrevistas, a participação da etnia Balanta no processo da colonização, luta de libertação e democratização de Guiné-Bissau. Para coleta de dados, adotemos a entrevista estruturada.

A entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação de perguntas cuja ordem é redação, permanece invariável para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número. Por possibilitar o tratamento quantitativo dos dados, este tipo de entrevista torna-se o mais adequado para o desenvolvimento do levantamento social (GIL, 2008, p. 113).

Para captar as visões dos entrevistados, usamos gravador na execução das nossas entrevistas, porque verificamos que é a forma mais viável que nos permitisse responder as questões, de acordo com a permissão dos nossos entrevistados, mediante anotação ou uso de gravador (GIL, 2008), coletados no ambiente dos nossos interlocutores e participantes da pesquisa. Entrevistamos quinze pessoas, quatorze estudantes e um professor guineense.

A entrevista foi conduzida a partir de seguintes questões: (1) visão sobre etnia Balanta? Visão sobre os Balantas no contexto da colonização? Visão sobre Balantas na luta de libertação? Visão sobre estrutura horizontal Balanta? Visão sobre Balantas na democracia?

A partir dessas questões procuraremos compreender as visões que os entrevistados têm dos Balantas. Para captar a compreensão dos entrevistados, adotemos a pesquisa qualitativa que, como apontado, responde a questão muito particular. Pesquisa quantitativa, nas ciências sociais, se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Ela trabalha com um universo de significados, visões, motivações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2011).

O processo de sistematização das entrevistas, nessa pesquisa, aconteceu na medida em que incorporamos informações secundárias, a partir da leitura de bibliografias, artigos, documentos, dissertações e teses. A pesquisa bibliográfica é definida como aquela em que o pesquisador desenvolve e interpreta os conhecimentos disponíveis a partir dos que já foram escritos e publicados em livros, jornais, teses, revistas, dissertações e demais eventos científicos (GIL, 2010).

Em nossa pesquisa bibliográfica, consultamos as contribuições de Salvatore Camilleri (2010), Leila Hernandez (2008), Moema Parente Augel (2007), Artemisa Odila Candé Monteiro (2013), Bobbio (1986), Liberato (1992) entre outras referências, que nos ajudaram ampliar a nossa visão sobre a literatura, ampliando os dados primários.

Tendo em conta os objetivos, as questões e os procedimentos metodológicos, a análise dos dados foi conduzida em quatro momentos. O primeiro momento, voltado ao conceito de

Balanta, procurou-se, a partir das entrevistas, o entendimento que os entrevistados têm dessa etnia.

O segundo momento, marcado pelo contexto colonial, procurou-se compreender os significados que os entrevistados têm sobre os Balantas, marcado, como vimos, pelo estatuto indígena, que dividiu a sociedade guineense entre “civilizados” e “não civilizados”. O terceiro momento, marcado pela luta de libertação e independência, trouxemos as visões sobre Balantas no contexto da democratização da Guiné-Bissau.

## **CAPÍTULO 1: GUINÉ-BISSAU ANTERIOR A PRESENÇA EUROPEIA PORTUGUESA**

O presente trabalho de pesquisa tem por objetivo analisar a participação da etnia Balanta, um grupo étnico, de Guiné-Bissau, no processo da colonização, luta de libertação nacional, independência e democratização. A delimitação temporal se deve a importância desses períodos na formação social e política de Guiné-Bissau, em especial, na participação dos Balantas no processo de luta de libertação, razão de sua militância, e no processo da democratização, com saída do colonialismo, marcado pelas disputas internas.

Inicialmente, faremos uma análise sobre o processo de formação histórica de Guiné-Bissau, anterior à chegada dos europeus, buscando compreender as organizações sociais, culturais, econômicas e étnicas dos impérios africanos da região da África subsaariana. A nossa intenção é compreender qual é a relação que existe entre impérios, a constituição da sociedade Balanta e de que forma essa relação aparece ou não no processo de mobilização dos Balantas pelo PAIGC – Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo-Verde, a partir dos anos 1950, no território guineense.

A Guiné-Bissau, antes da chegada dos portugueses, fazia partes dos antigos impérios da Costa Ocidental da África. A historiografia aponta que o império que teria surgido nessa região é o império de Gana, no século IV, como uma aristocracia dividida por diversas províncias estava situada entre o deserto do Saara e os rios Níger e Senegal.

Império de Gana foi fundado pelos povos Berberes e por negros mandeus ou mandingas e os soninkes. Antigamente, esse Império era chamado Uagadu, com uma vasta área como a atual Nigéria, também na África Ocidental. O Império de Gana atingiu o seu apogeu no século IV (NIANE, 2010).

Incluía, no seu espaço, territórios que atualmente compõe sudoeste da Mauritânia. Sua capital, Kumbi Saleh, situada ao sudoeste da Mauritânia, era denominada por “senhores de ouro”, em conexão com o tráfico transaariano. Até 1054, o Império de Gana controlava as principais rotas de comércio transaariano, que revendiam os produtos adquiridos, por sua vez, aos povos mediterrâneos e, daí, à Europa. (TEIXEIRA, 2015).

O Império de Gana começou a sentir os primeiros sinais de crise em 1240, a partir de disputas travadas com outros povos para o controle de minas de ouro e tráfico de escravos que sustentava sua economia. Neste processo, os Balantas e outros grupos foram comercializados como mercadoria para países da América Latina, da Europa e África, formando a diáspora africana, na formação social e cultural, desses continentes.



O substituto do império de Gana, no comércio com os árabes e os europeus, foi o Império de Mali sob a liderança de Sundiata Keita, imperador, na língua mandinga. Sua capital, Niani, no Níger, que faz fronteira com Costa-Marfim, Guiné e Guiné-Mali, é administrada por um poder centralizado, formado por uma assembleia constituída por diferentes povos. Mali atingiu o seu apogeu no século XIV, englobando conjunto de povos que falam línguas berberes, da família de línguas afro-asiáticas, espalhadas pelo norte e leste da África e a região do sahel e sudoeste da Ásia (LY-TALL, 2010).

Sua riqueza, ouro, cobre, sal, nozes-de-cola, sustentava o comércio no Mar Mediterrâneo, onde se desenrolou intensos contatos entre comerciantes italianos, gregos, genoveses, venezianos e árabes, que marca o período decisivo da história do Ocidente e da África. A agricultura e a criação do gado ocupava o centro da atividade econômica, que abastecia a população local (LY-TALL, 2010), como ocorre com os Balantas, um dos principais criadores de gado e produtores de arroz na Guiné-Bissau.

A capital do Império, Tumbuctu e Djena eram controladas pelos marroquinos, com forte mobilidade sociopolítica, em que diferentes povos, Malinqués, Songais, Fulas e Dialonkés, entre outros grupos, reconheciam o poder único dos soberanos ou mansas, que maximizaram seus domínios sobre outros reinos da África, articulando, assim, amplas redes de relações de poder, que hoje fazem parte dos grupos étnicos guineenses.

O Império de Mali entrou em declínio no fim do século XVI, quando surgiu o Império de Songai. Segundo Ly-Tall (2010), os interpostos comerciais de Sutuco e Djamma Sura, do Império do Songai, às margens de atual Gambia, substituíram o de Tumbuctu e Djenna e passaram a ser controlados pelo Império do Songai.

Para Teixeira (2015), o Império de Songai, islamizado, teve sua origem no noroeste de Nigéria, no século VII e suas populações teriam vindo do alto Níger., subdividida em dois grandes grupos: os Sorkos, pescadores, e os Gols, caçadores, que viviam na região de Kukia (Níger), atividades produtivas encontradas na Guiné-Bissau.

O império de Shongai, pré-colonial, dispunha de uma estrutura política administrativa centralizada na monarquia de Gao, que dominou o comércio de ouro por mais de dois séculos, (LY-TALL, 2010). O Império de Songai entrou em declínio durante o reinado da dinastia do imperador Áskia Mohamed, no século XVI. Songai foi invadida por Marroquinos, como forma de superar uma série de crise econômica que Marrocos vivia.

E por ultimo, o reino de Kaabu, fundado pelo imperador de Mali, Sundiata Keita, com o apoio do guerreiro Tiramakan Traore. Era um vasto reino dominado pelos Mandingas ou Mandens, estendia-se da Gambia, ao norte, até Guiné Conacri, ao sul, passando pela Guiné-

Bissau e a alta cassamansa, localizado ao sul da Gambia e ao norte da Guiné, recortado pelo rio do mesmo nome. (MAMADU, 1989).

Há que considerar, no caso guineense, o processo de miscigenação interétnicas e trocas culturais, entre Balantas e Mandingas, por casamento, quer através de domínio de um dado território. De acordo com Djibril Tamsir Niane (2010), especialista em história de Mandé, afirma que em vários reinos fundados pelo Sundiata Keita e os seus guerreiros durante o seu reinado, o mais importante era o de Kaabú. A relação entre o Mali e o Kaabu pode ser explicada por duas razões: a atração do mar Mediterrâneo e o comércio de ouro e de sal, atingindo o seu apogeu no século XVII.

A partir do século XIX, Kaabu entra em declínio econômico e político. Esse período marca o fim dos impérios, anteriores ao processo da colonização europeia da África, notadamente, dos países ex-colônias do Portugal em África, incluindo a Guiné-Bissau. A constituição dos impérios em África Ocidental teve implicação na formação atual da sociedade guineense e africana como todo, marcada pela presença de reinos muçulmanos na África subsaariana, como também, pelo processo de resistências de grupos étnicos, em geral, e da etnia Balanta e seus descendentes, em particular.

### **1.1. Formação social e histórica de Guiné-Bissau**

Guiné-Bissau, constituída por uma parte continental e outra insular, também conhecida por arquipélago dos Bijagós, está situada na Costa Ocidental da África, com uma área continental de 36.125km<sup>2</sup>, sendo que a parte habitada é apenas de 24.800 km<sup>2</sup>, congregando diferentes grupos étnicos. O país faz fronteira ao Norte com Senegal, ao Sul e ao Leste com Guiné Conacri e ao Leste com o Oceano Atlântico (INE 2010).

Segundo dados da INE (2010), a República de Guiné-Bissau é um país plano, com clima tropical, apresenta extensas planícies áridas. A parte continental, cortada pelos rios caudalosos como Corubal, Cachéu, Mansoa, Geba, Rio Buba e Rio Cacine, é ocupada pelas florestas do Cantanhez, savanas e extensas áreas de mangal, administrativamente o país está composto ou dividido por oito regiões e um setor autónomo, as regiões: Biombo, Bafatá, Gabú, Oio, Cacheu, Quinará, Tombali e Bolama, e Setor Autónomo de Bissau, capital, centro político administrativo do país. As regiões, por sua vez, estão divididas em trinta e seis setores, além de secções e aldeias/tabancas.

**Quadro I** - Divisão administrativa da Guiné-Bissau

REGIÕES	SETORES
Bissau	Bissau – capital
Biombo	Quinhamel
	Prabis
	Safim
	Cacine
	Catio
	Quebo
Bafata	Xitole
	Bafata
	Bambadinca
	Contubuel
	Galomaro
	Gã Mamudo
Bolama	Bolama
	Bubaque
	Caravela
	Uno
Cacheu	Canchungo
	Cacheu
	São Domingos
	Bula
	Caió
	Bigene
Gabu	Gabu
	Pirada
	Pitche
	Sonaco
	Madina de Boé
Oio	Mansoa
	Bissorã
	Farim

	Nhacra
	Mansabá
Quinara	Buba
	Empada
	Fulacunda
	Tite
Tombli	Bedanda
	Cacine
	Quebo
	Catió

**Fonte:** INE (2010)

Cada região e setor são dirigidos por um Comité de Estado ou comitê de tabanca, normalmente por pessoas influentes nessas áreas, sob o controle de um partido que esteja no poder<sup>1</sup>. A parte insular é composta por mais de 80 ilhas, muitas delas ainda estão desabitadas devido às inundações das marés fluviais e alargamento causado pelas chuvas regulares, bem como pouco deslocamento da população nas zonas rurais. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, órgão responsável pelo senso, Guiné-Bissau possui atualmente uma população de 1.514.451 mil habitantes, dos quais, 773.470 são mulheres e 740.981 são homens para um total de 593.795 eleitores (INE, 2014).

**Quadro II:** População distribuído por regiões e eleitores

REGIÕES	POPULAÇÃO	ELEITORES
Bissau	387.909	161.881
Bafatá	210.007	78.023
Gabu	215.530	80.083
Oio	224.644	85.221
Biombo	97.120	39.180
Tombali	94.939	35.705
Cacheu	192.508	75.339

<sup>1</sup> Isto ocorre porque ainda não se realizou as eleições antárticas dos órgãos autônomos com poderes meios para promover o processo de descentralização e planejamento regional.

Bolama	34.563	15.634
Quinara	63.610	22.729
Total	813.446	593.795

**Fonte:** INE (2010), Missão de Observação Eleitoral Da União Europeia (MOEUE), 2009.

Segundo João Butiam Có (2010) e Hernandez (2008), podemos entender que o território da Guiné-Bissau, apesar de ser pequena, convive nele uma média de 27 grupos étnicos, Balantas 30%, Fulas 20%, Mandingas 13%, Manjacos 14%, Papeis 7% e os outros 16% são de grupos menores, Brames ou Mancanhas, Biafadas, Bijagós, entre outros, cada qual afirmando sua identidade e posição social-cultural.

Cada grupo étnico possui sua língua, costumes, tradições, visões e praticas social e políticas próprias, apesar de existirem elementos comuns que os identifiquem enquanto povos guineenses.

O mosaico étnico guineense é dividido em três grupos, em termos religiosos. Os muçulmanos, maior grupo, habitantes majoritário da região leste, comerciantes, descendentes do Império do Mali, composto por Fulas, Mandingas e Biafadas. São detentores do poder econômico e político, adquirido no comércio transatlântico; os animistas, Papel, Mandjacos, Mancahis, Balantas e outros anteriores a presença colonial.

Enquanto Balantas são vistos como pertencentes à *sociedade horizontal*, com suas formas de organização, com baixa divisão social, Fulas, Mandingas, entre outros, são considerados *sociedades verticais*, com alto grau de divisão social de trabalho, baseadas em estruturas fixas, do tipo estatal, em que a coletividade resulta de uma diferenciação de papéis e funções sociais, estruturas herdadas dos impérios, presente hoje na Guiné-Bissau (CABRAL, 1978).

Já a sociedade "intermediária", *grumete*, urbana e católica, foi aliciada ou coagida em Cabo-Verde para preservar a presença portuguesa na Guiné-Bissau (TEIXEIRA, 2015), ao mesmo tempo em que eram coadjuvantes da presença comercial europeia e peças indispensáveis nas relações que foram se cristalizando na região (LOPES, 1999). O fato dos intermediários não serem agricultores é outro elemento importante no papel que desempenharam como coadjuvantes da presença comercial europeia na Guiné-Bissau.

Criaram-se assim os germes de duas contradições de identidades cruzadas na sociedade colonial. Uma baseada na identidade luso caboverdiana, exógena, centrada no povoamento entre brancos e negros. Outra, marcada pela presença das identidades étnicas, endógenas, dos impérios, fundindo-se num processo de mestiçagem em constante interação de povos, culturas e civilizações (LOPES, 2003, p.60).

A sociedade "intermediária", urbana e católica, foi aliciada ou coagida em Cabo-Verde para preservar a presença portuguesa na Guiné-Bissau (TEIXEIRA, 2015), ao mesmo tempo em que eram coadjuvantes da presença comercial europeia e peças indispensáveis nas relações que foram se cristalizando na região (LOPES, 1999). Fato dos intermediários não serem agricultores é outro elemento importante no papel que desempenharam como coadjuvantes da presença comercial europeia na Guiné-Bissau.

Criaram-se assim os germes de duas contradições de identidades cruzadas na sociedade colonial. Uma baseada na identidade luso cabo-verdiana, exógena, centrada no povoamento entre brancos e negros. Outra, marcada pela presença das identidades étnicas, endógenas, dos impérios, fundindo-se num processo de mestiçagem em constante interação de povos, culturas e civilizações (LOPES, 2003, p.60).

As identidades étnicas e lusas cabo-verdianas são entendidas, no contexto colonial, como resultado do processo de inclusão, por meio de assimilação, e exclusão, através da diferenciação dos grupos minoritários ou majoritários, grupos étnicos, que não se enquadrassem no fenômeno de mestiçagem das identidades cruzadas, notadamente afro-portuguesa, cabo-verdiana e mestiça.

Resta saber como se coloca atualmente a estrutura social Balanta, visto como horizontal no campo da disputa política. Isto é, qual é a posição social e política ocupam os Balantas na disputa pelo reconhecimento e pelo status que na sociedade guineense. Até que ponto a teoria da sociedade horizontal e vertical é suficiente para compreender as transformações sociais e políticas premiadas por sucessivos golpes de estado e conflitos interno entre diferentes grupos.

## **1.2. Portugueses na costa da Guiné e a colonização**

O século XV marcou a chegada dos europeus na costa ocidental da África subsaariana. O ano 1446 marcou o primeiro contato dos portugueses na cidade de Cacheu, no norte da Guiné-Bissau, através de um intenso comércio triangular de pessoas escravizadas entre África, América e Europa (HERNANDEZ, 2008 & AUGEL, 2007), sobretudo, quando os impérios africanos entram em declínio econômico e político.

Durante a colonização, podemos reparar que, a igreja católica, que colaborou para a dominação europeia na África e na Ásia, desempenhou um papel fundamental no comércio de pessoas ou "escravo", principalmente com a criação, em 1533, da primeira diocese da África Ocidental, em Ribeira Grande, Cabo-Verde, abrangendo atual região de Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance, a partir do Século XV (LOPES, 2003).

Segundo Augel (2007), na Guiné-Bissau, a economia colonial se restringia ao comércio, na costa, feitorias, ao longo do Rio São Domingo e Rio Grande, no século XVI, reforçando assim, as bases mercantis para expansão portuguesa, nessa zona.

No final do mesmo século (XVI), foi criada, a Companhia de Cacheu e Cabo-Verde, sucedendo à Companhia de Cacheu, Rios e Comércio da Guiné, fundado em Portugal, no contexto das reformas econômicas sob o reinado do Dom Pedro II.

O fim do Império Pombalino, de 1750 a 1777, em decorrência do declínio das atividades comerciais, surge a Companhia de Cacheu e Cabo-Verde, em 1786, período em que foi sucedida pela Companhia de Comércio da Costa de África com objetivo principal de promover o comércio de tecidos, marfim, manufaturado e “escravos” entre a costa da Guiné e o arquipélago de Cabo-Verde e a costa do Brasil (TEIXEIRA, 2015).

Para facilitar a consolidação do estado colonial, em 1588, foi criada a primeira feitoria portuguesa, entreposto comercial, Cacheu, na margem do rio do mesmo nome, onde os missionários capuchinos iniciaram a conversão dos indígenas cujas culturas eram vistas como atrasadas, caóticas e primitivas (AUGEL, 2007), utilizando-se as mesmas como força física e o apoio na produção de bens para o mercado europeu.

Durante os anos 1609-1612 foi muito difícil imaginar números de pessoas levados como “escravos” para Cabo-Verde foram desembarcados 1.468 escravos em Cabo-Verde e 8.110 levados para plantação de Colômbia, México e Espanha.

Na atual Guiné foram levadas 2.000 pessoas entre quais, Balantas, Manjacos, Mandingas, Papéis entre outros para plantação de Cana-de-açúcar em Cuba (DAVIDSON, 1988; PELISSIER, 1989; apud TRIXEIRA 2015), em intenso processo de conflitos e de negociação entre os comerciantes africanos portugueses e cabo-verdianos, dentre os quais, Caetano José Nosoline e João Marques de Barros, que controlavam o comércio das pessoas em benefício à Metrópole e às ilhas de Cabo-Verde (TEIXEIRA, 2015).

As feitorias, geralmente fortificados e instalados em zonas costeiras, que os portugueses construíram para dominar o comércio, tiveram um papel importante no período colonial guineense. Conforme Candé Monteiro (2013), as feitorias facilitavam a viagem marítima, entre Rio Cacheu, Buba, São Domingo e Farim. Cacheu tornou-se a primeira capital da Guiné, povoado e fundado pelos portugueses.

Em 1630, surge, para administração do território, a Capitania Geral da Guiné portuguesa, na sequência da fundação da vila de Cacheu, ainda sob administração de Cabo-Verde. O objetivo era garantir o monopólio de Portugal no comércio frente aos interesses comerciais da França, que disputava o monopólio do comércio nos “Rios de Guiné do Cabo-

Verde”. Casamance, Cacheu, Geba e Buba, na Guiné, constituíram-se, durante Séculos, em pontos estratégicos para o comércio na povoação de Farim, margem norte do Rio Cacheu, e Ziquinchor, sul do Senegal, na região de Casamance.

A partir do século XVII, surge a fortaleza de Bissau, também conhecida por Fortaleza de São José de Amura, erguida por forças portuguesa, no ano de 1696, sob o comando do capitão-mor José Pinheiro, um francês de origem portuguesa, à qual, procurava garantir a supremacia dos portugueses contra a presença francesa na região.

Em finais do século XVII, surge à fortaleza de Bissau, período em que os franceses começaram a reforçar a sua presença na atual Guiné. Em 1753 foi restabelecida a Capitania de Bissau. Com a intensificação do comércio, a partir do século XIX, sucessivas tentativas de ocupação, fez emergir um novo quadro, caracterizado pelas disputas, no comércio ilegal de pessoas, como explica Teixeira:

O novo quadro, marcada pelo aumento de comércio, gerou a busca de alternativas para o tráfico de pessoas como escravo. Os comerciantes privados, impedidos de comercializar na região, desenvolveram o contrabando e o comércio ilegal de pessoas, na África ocidental, no meado dos anos de 1830. Na “Guiné Portuguesa”, os comerciantes, impossibilitados de permanecer no comércio, devido ao monopólio da companhia de Grão-Pará e Maranhão, do Brasil colônia, fizeram ouvir suas reivindicações junto ao Conselho Ultramarino, reclamando o tratamento desigual dispensado aos comerciantes locais. A revolta dos comerciantes locais levou ao Rei do Portugal a conceder a autonomia ao governo de Guiné, em 1897. Nesse ano, a atual Guiné-Bissau separou-se da jurisdição administrativa das ilhas de Cabo-verde, que vigorou no Século XVII, e passou a receber o nome colonial “Guiné portuguesa”, sendo a capital do país sediada na ilha de Bolama, no arquipélago dos Bijagós (TEIXEIRA, 2015, p. 143).

O comércio de “escravos”, na costa africana, oferecia grande rendimento para a economia do arquipélago de Cabo-Verde. Os grupos autóctones, afro-portugueses e cabo-verdianos, baseados no parentesco e na coabitação política, controlavam os recursos humanos e materiais, como a mão-de-obra e instrumentos de produção e de repressão do Estado colonial, que lhes permitiam monopolizar o comércio na região.

Afro-portugueses e cabo-verdianos, detentores do comércio, não estavam na Guiné nem para o combate contra a presença europeia, nem em defesa da cultura étnica, mas sim enriquecer no comércio de “escravos” e na produção de bens de consumo para o mercado europeu, em especial, para porto de Lisboa e de Açores em Portugal.

Caberia perguntar até que ponto a resistência de comerciantes afro-portugueses, cabo-verdianos, incluindo Fulas e Mandingas, em lutar contra a presença europeia na atual Guiné-Bissau fez com que o PAIGC procurasse base de apoio nos grupos que tivessem menos contatos



com os comerciantes portugueses, como os Balantas, que vivem no continente, onde a presença portuguesa era incipiente, restrita às feitorias.

As feitorias eram entrepostos comerciais, em zonas costeiras, construídas pelos portugueses para o comércio dos produtos locais para a metrópole e, portanto, para centralização de comércio. É ali também que se dava o comércio. Nessa época, Cabo-Verde já utilizava moedas nas transações comerciais, enquanto que na Guiné, até 1843, a moeda não fazia parte das transações locais. O pagamento era feito, frequentemente, com aguardentes, tabacos, tecidos de algodão, normalmente produzidos nas ilhas de Cabo-Verde, Fogo e Brava (TEIXEIRA, 20015), desde o Século XV até o Século XIX.

O sistema de escambo, entendido como troca de produtos de pouco ou nenhum valor agregado, foi utilizado durante a colonização portuguesa da atual Guiné-Bissau, uma vez que, os grupos étnicos, em especial, os Balantas, espalhados em diferentes regiões, não conheciam qualquer forma de moeda. Isto é, não envolviam dinheiro ou qualquer aplicação monetária na compra de produtos externos ou na venda de produtos locais.

De uma maneira geral, tráfico de pessoas, repressão, exploração, abusos cometidos pelo Estado colonial contra os grupos étnicos durante muitos anos, incluindo Balantas, fez emergir focos de resistências de diversos grupos locais contra a presença portuguesa no vigente território guineense, questão a ser desenvolvida a seguir.

### **1.3. Resistências locais contra a colonização portuguesa**

As resistências fazem parte de luta política dos grupos étnicos contra a colonização portuguesa na Guiné-Bissau. Augel (2007) mostra que, a manifestação de resistência por parte dos nativos era frequente, devido constantes ataques que sofriam por parte das forças portuguesas, no litoral, quando os colonialistas, levado pela ambição de capturar os indivíduos escravizados para serem comercializados nos portos das metrópoles, desencadearam campanhas de repressão e apreensão contra os nativos.

As manifestações dos nativos contra as práticas coloniais podem ser entendidos como contestação. Como explica as duas autoras, “havia diversos tipos de resistências: fuga, emigração, não pagamento dos impostos, recusa ao trabalho forçado, protesto social, recusa contra a produção agrícola voltada à exportação” (AUGEL, 2007; CANDÉ MONTEIRO, 2013).

Segundo Teixeira (2015), a primeira revolta contra a presença colonial, registrada pela historiografia, na atual Guiné-Bissau, ocorreu entre os anos de 1841-1844. Denominada por *revolta seca*, levou com que o governador da feitoria de Bissau, Antônio Jose Torres, solicitar ao governador de Cabo-Verde, Francisco de Paulo Basto, que enviasse cem homens para acudir a feitoria de Bissau, uma das mais importantes fortalezas coloniais na Guiné.

Os papéis e os grumetes, por sua vez, atraídos pelo comércio, em torno das feitorias, se juntaram a um grupo de soldados de Bissau para exigir do oficial cabo-verdiano, arrendatário de alfandega, Caetano José Nosoline e seus colaboradores, a adoção de moedas no pagamento de soldos militares atrasados (PELISSIER, 1989, apud TEIXEIRA 2015), já que em Cabo-Verde o pagamento em moedas estrangeiras facilitava a circulação e intensificação do comércio no mercado internacional.

Trata-se aqui de um contexto diferente em que o comércio deixou-se de ser, simplesmente, transações mediante trocas de produtos como tecidos, algodão, tabaco e aguardente, que não envolviam o uso de dinheiro. Inauguram-se novas formas de transações comerciais impulsionadas pelas mudanças que ocorreram na sociedade colonial.

Outra revolta que ocorreu é a de Grumetes, marinheiros auxiliares, na ilha de Bissau, bem como, a revolta de Biafadas, entre Rio Bissau e Geba, seguidas de revoltas dos Bijagós, Manjacos, Balanta, Mandingas e outros, contra a invasão colonial, que se tornavam cada vez mais intensa, de 1845 a 1878.

A presença portuguesa ficou limitada em termo militar e geográfica, em pequenas feitorias, denominado por Pelissier de política de pequena Bandeira na Guiné-Bissau, limitando a presença portuguesa a presídios fortalezas (PELISSIER, 1989, Apud TEIXEIRA, 2015), mas sem presença no interior do continente.

Só a partir da Conferência de Berlim realizada entre 15 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885 é que o Portugal foi forçado a ocupar o território, por meio de acordos firmados na Conferência em que participaram a Grã-Bretanha, França Espanha, Itália Bélgica, Holanda, entre outros países, para a partilha da África entre as nações Europeias, sem respeitar a história, nem as relações étnicas, nem tão pouco familiares dos povos africanos.

Portugal, como não estava em condições de concorrer com outras nações, como França e Inglaterra, tinha que se conformar com atual Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe, firmado na Conferência do Berlim, em que Portugal foi o grande derrotado. O limite da antiga “Guiné portuguesa” foi limitado pelo convenio de 12 de maio 1886 entre Portugal e a França (AUGEL, 2007).

Mesmo após a Conferência de Berlim, as disputas prosseguem. Enquanto os grupos étnicos lutavam para expulsão do colonialismo, o estado colonial português davam passo para a mitigação das resistências dos grupos étnicos para ocupação do território por meio de poder militar, principalmente campanhas sangrentas contra população local.

#### **1.4. Apaziguamento das revoltas**

Mesmo após a Conferência de Berlim, o povo da atual Guiné-Bissau continuou resistindo. Para evitar as resistências, chega o capitão português, João Teixeira Pinto, que dirigiu as “campanhas de pacificação”, em colaboração com os mercenários africanos com o objetivo de combater as sucessivas revoltas dos grupos étnicos. A campanha teve o seu início no ano 1913 e só terminou em 1936, (TEIXEIRA, 2015 & CANDÉ MONTEIRO, 2013), com o controlo do arquipélago e da parte continental.

A campanha teve começo na região Oio, contra os Oincas, em 1913. Depois contra os Manjacos, contra os Mancanhas, na região de Cacheu; contra os Balantas, habitantes da região de Tombali e Oio, setores de Binar e Nhacra, espalhando a violência e intimidando, além de pilhagem das tabancas/aldeias (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

A última etnia a ser confrontada com a violência militar colonial são os Bijagós, das ilhas, na região de Bolama. Em toda campanha, a violência era extrema, mas as reações anticolonialista continuaram sempre (AUGUEL, 2007; MENDY, 1996).

A colonização efetiva só se deu no Século XX, depois da ultima campanha militar, nas ilhas dos Bijagós, no ano de 1936, que coincidiu com o Estado Novo, em Portugal. As campanhas contra os grupos étnicos possibilitou, também, a tomada de consciência pela necessidade de luta pela independência nacional, tópico a seguir.

#### **1.5. A luta de libertação**

Augel (2007) e Hernandez (2008) salientam que nos anos cinquenta, do Século XX, a insatisfação geral pela colonização em África nas ex-colônias francesas, fez também vibrar o desejo de libertação nas ex-colônias portuguesas em África.

Todavia, para o regime colonial, era importante contar com o apoio de uma elite nativa que pudesse ser enquadrada nas instituições do Estado colonial. É neste contexto, visando reforçar seus interesses, surge, em Lisboa, a Casa dos Estudantes do Império, criada em 1944. Há que considerar, nesse período, a ausência de estudantes oriundos dos grupos étnicos na casa dos estudantes e nos institutos politécnicos em Lisboa. Os poucos indígenas, que conseguiam acesso a educação formal colonial eram filhos ou descendentes dos chefes transicionais educados nas missões católicas em África, em particular na Guiné-Bissau.

Faziam parte do convívio estudantil os estudantes universitários das ex-colônias portuguesa em África, entre os quais, Agostinho Neto e Mário Pinto de Andrade, angolanos, Eduardo Mondelane e Samora Machel, moçambicanos, Amílcar Lopes Cabral e Vasco Cabral, caboverdianos-guineenses, Francisco José Tenreiro e Alda do Espírito Santo, santomenses, socializados nos seminários-liceus, estavam todos reunidos em torno dos ideais da independência dos seus países.

No caso de Amílcar Cabral, militar, político e dirigente intelectual da luta pela libertação de Guiné e de Cabo-Verde, considerado ideólogo do movimento revolucionário, foi internacionalmente admirado e aplaudido como teórico revolucionário e estadista africano. É, neste contexto que, em 19 de setembro de 1956, Cabral e com mais cinco companheiros, de Guiné e Cabo-Verde, fundam o Partido da independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), na clandestinidade, tendo como o objetivo a conquista da independência e a construção da paz, do bem-estar e progresso dos povos da Guiné e Cabo-Verde.

A partir de sua fundação, decorrido a sua experiência política em Lisboa, no partido comunista, o PAIGC, sob a liderança de Amílcar Cabral, assume-se como núcleo e maior movimento de congregação de diferentes grupos e etnias pela causa da independência. O PAIGC, ainda na clandestinidade, contava com apoio da Guiné Conakry, tanto na formação de bases de apoio, quanto no fornecimento de logística nas atividades políticas da arregimentação e consciencialização da população rural, incluindo Balantas, considerado por Cabral, como a força física da luta de libertação, ocorrido no território guineense (AUGEL, 2007).

Um aspecto relevante é a ausência ou pouca presença de dirigentes de etnia Balanta na direção política do PAIGC. Até que ponto essa ausência estaria ou não relacionada com a estrutura social horizontal dos Balantas? Questão a ser retomado mais adiante.

Em 1958 surge a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), também criada na clandestinidade, pelo PAIGC, em defesa da descolonização em prol dos povos caboverdianos e guineenses. Em três de agosto de 1959, os trabalhadores do Cais de Pindjiquiti promoveram uma greve para exigir melhores condições de trabalho e de salário, duramente

reprimido pelo regime colonial. A revolta dos trabalhadores foi vista como um marco político que possibilitou o nacionalismo e posterior consolidação do PAIGC, no seu projeto de unidade.

Para Luís Cabral, um dos fundadores e dirigentes do PAIGC, os trabalhadores do Cais de Pindjiquiti, mantiveram sua força porque por trás do movimento estiveram homens do PAIGC encorajando a ação dos trabalhadores (CABRAL, 1978) Em contraposição, Kankoila Mendy, fundador e dirigente da Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné (FLIG), Pindjiquiti foi à revolta dos trabalhadores. Não foram organizados por ninguém. Para ele, dentro do movimento, muitos eram seus familiares, porque as pessoas do mar, em geral, são da etnia Manjaca, a qual Kankoila pertence (MENDY, 2016). A causa da revolta de Pindjiquiti ainda continua em aberto.

A partir de Agosto de 1961 começou a ação política direta, que consistia em cortes de vias de comunicação e transporte da logística colonial, destruição de instalações do regime opressor, até então marcada por ações de perseguição e apreensões dos adversários ao regime estalado. Em 1962, a presença portuguesa ganha contornos cada vez mais militar, com o assalto pela PIDI a um centro clandestino de PAIGC, em Bissau, seguido de prisões arbitrárias e assassinatos dos trabalhadores. (AUGEL, 2007).

Em três de janeiro de 1963, deu-se início a luta armada para libertação de Guiné e Cabo-verde, nas frentes sul e leste do território guineense e nas bases militares de guerrilhas na vizinha república Guiné-Conakry (AUGEL, 2007), liderado por Ahmed Sekou Touré, líder do Partido Democrático da Guiné (PDG), que desde o início apoiou o PAIGC, quando a Guiné Conacri se tornou um país independente da França, em Outubro de 1958, com o Sekou Touré como presidente. Meses depois, em junho de 1963, o PAIGC ampliou a luta na frente Norte, durante onze anos, controlando, pouco a pouco, quase todo o território nacional.

O líder do PAIGC, Amílcar Cabral, foi assassinado, em Conacri, na sua própria residência, em 1973, ano da proclamação da independência da Guiné, separada de Cabo-Verde. Inocêncio Kani, militante do PAIGC, teria sido responsável pela sua morte. A disputa sobre possíveis responsáveis pelo assassinato de Amílcar Cabral continua objeto de interrogações, dentro e fora do PAIGC e do PAICV (Partido Africano da independência de Cabo-Verde). Luís Cabral (meio irmão de Amílcar Cabral) assume a liderança do PAIGC sob a direção de um único partido - PAIGC.

Guiné-Bissau, após onze anos de luta, proclama, unilateralmente, sua independência, em “Lugadjol”, Medina de Boé, no dia 24 de setembro de 1973. A independência foi proclamada pelo guineense João Bernaldo Vieira, mais conhecido por Nino Vieira ou Kabi na Na Fantchamna, seu nome de guerra, comandante do PAIGC. (AUGEL, 2007).

## 1.6. A independência e pós-independência

Em 25 de Abril de 1974, na sequência da derrota do regime colonial na Guiné, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo-Verde, Portugal reconhece a independência da Guiné-Bissau, em 10 de setembro de 1974, que foi o primeiro das ex-colônias de Portugal em África a se tornar um estado independente. Os demais países alcançaram suas independências em 1975, após ampla luta pela autodeterminação.

Finais da década de 1980 e princípios da década de 1990 do século XX trouxeram significativas mudanças com a deterioração de condições sociais econômicas de vida das populações, motivadas pelas graves crises e falta de condições básicas de sobrevivência herdadas do Estado colonial, logo após a independência, na Guiné-Bissau.

Com a conquista da independência, a estrutura administrativa colonial do novo estado guineense não sofreu, num primeiro momento, redefinições substanciais pelo novo regime. Administrativamente, o território ficou dividido em oito regiões, um sector autónimo, trinta e seis sectores e várias secções, já apontados, no início deste trabalho. No segundo momento, pós-independência, a estrutura de estado herdada da colonização portuguesa, foi redefinida na sociedade, atrelada à criação de “zonas libertadas” que facilitaram a independência.

Luís Cabral, acima citado, figura carismática e de grande respeito no meio dos revolucionários, foi escolhido presidente da Guiné-Bissau pós-independência pelo PAIGC.

O governo de Luís Cabral foi deposto por um golpe do Estado em 1980, dirigido pelo guineense João Bernardo Vieira, o que levou a separação entre Guiné e Cabo-Verde, acabando com o sonho de “unidade e luta” defendido por Amílcar Cabral, (AUGEL, 2007). Uma junta militar, sob o comando do Nino Vieira passou a dirigir o país até a promulgação da nova constituição, em 1984, quando Nino Vieira foi indicado presidente pelo PAIGC, para um período de quatro anos.

O golpe de 1980 teria a ver com a disputa, por um lado, entre uma pequena burguesia urbana, mestiça, assimilada, dirigentes, formadas pelo regime colonial, e por um lado, grupos étnicos, rurais, guerrilheiros, excluídos no acesso a educação formal e reconhecimento no interior do estado pós-colonial. Outra razão da ruptura é o modelo do desenvolvimento defendido pelos dois grupos. Enquanto o governo do Luís Cabral apoiava industrialização, o

governo de Nino Vieira defendia o apoio a agricultura, reforçando, assim, um dos princípios defendido no início pelo PAIGC (AUGEL, 2007).

Em 17 de outubro de 1985, o governo de Nino Vieira promoveu assassinato contra os supostos autores de tentativas de Golpe de estado, em sua maioria, dirigente e militante do PAIGC, da etnia Balanta, entre outros grupos que serviu de base de apoio na luta de libertação nacional e durante o golpe de estado de 1980, contra o governo de Luís Cabral.

### **1.7. O multipartidarismo e os conflitos internos**

A partir de 1990, Guiné-Bissau entrou no caminho da democracia com surgimento de novas forças política em 1991 e realizou suas primeiras eleições multipartidárias em 1994. Nessa eleição, Nino Vieira foi reconduzido presidente, no segundo turno, com 52% dos votos. Na segunda colocação ficou Koumba Yalá, líder do Partido da Renovação Social (PRS), com 47% de votos (AUGEL, 2007). A realização da eleição também foi acompanhada pela adesão da Guiné-Bissau na União Económica Monetária da África ocidental (UEMOA). O país aderiu à organização de integração regional em dois de Maio de 1997 (AUGEL, 2007), substituindo deixando a moeda nacional o peso guineense pelo Franco CFA, moeda corrente em 15 países da África.

Em sete de Junho de 1998, houve um segundo golpe de estado contra o golpe de Nino Vieira. O golpe foi liderado por Ansumane Mané, acusado por Vieira de tráfico de armas para o Movimento Independentista de Cassamansa, que há décadas luta pela sua independência da República de Senegal. João Bernardo Vieira foi obrigado a exilar-se em Portugal, deixando Guiné-Bissau mergulhada num conflito militar que durou quase um ano (AUGEL, 2007).

Após o conflito, criou-se um governo provisório, sob a tutela de junta militar, mediada pelo então presidente de ANP (Assembleia Nacional Popular), o Senhor Malam Bacai Sanhá, que assumiu o governo de transição até a realização de segundas eleições multipartidárias em 1999. Nessa eleição, na qual concorreram treze partidos, Koumba Yalá, líder do PRS, foi eleito presidente, no segundo turno, com 72%, e assumiu a direção da República em 2000 (CNE, 2010).

Koumba foi deposto através de um golpe de estado em setembro de 2003, desta vez, liderado por Veríssimo Correia Seabra, tendo sido proibido de participar da vida política por cinco anos. Em seu lugar, foi escolhido pelos militares, Henrique Rosa com apoio da Igreja Católica, tendo como o primeiro ministro (PM) o Artur Sanhá, secretário geral do PRS, naquela

época. Esse governo de Artur Sanhá durou pouco tempo, até março de 2004, data em que se realizou a nova eleição que elegeu Carlos Gomes Júnior primeiro ministro (SOUSA, 2012).

Em 2005 realizou-se a eleição presidencial em que foi eleito o general Nino Vieira, antigo presidente desposto em 1999. Vieira, na presidência, anunciou a dissolução do governo chefiado pelo Carlos Gomes Júnior, seu adversário dentro do PAIGC, argumentando a necessidade de manter a estabilidade e a governabilidade do país (SOUSA 2012).

Em 2008 o presidente Vieira, após o assassinato de Tagme Na Waie, Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, foi assassinado por um grupo de militares, supostamente por conflitos internos dentro das Forças Armadas. Este acontecimento gerou profundas modificações nas Forças Armadas, quer no campo de relações de forças dentro das Forças Armadas, quer na esfera política com a emergência de lideranças Balantas no cenário político. Trata-se de um quadro diferente daquele em que havia pouca presença de lideranças Balantas nos cargos chaves dentro e fora do estado.

Em resumo, procurou-se compreender as disputas políticas em que os Balantas se fizeram presentes, mas de forma distinta. Enquanto no processo de luta de libertação constituíam a maior força física da luta, após a independência deram vasto apoio no golpe de estado, em 1980, que possibilitou a queda do governo de Luís Cabral e ascensão do João Bernardo Vieira como presidente da republica.

Não obstante, apesar do apoio ao golpe de 1980, o governo de João Bernardo Vieira promoveu apreensões arbitrárias e assassinatos dos principais líderes da etnia Balanta, acusados de tentativas de golpe de estado. João Bernardo Vieira, que assumiu presidência três vezes, foi deposto em 1998, através de golpe de estado. Excluídos do poder e perseguidos por Vieira, os Balantas deram forte apoio na sua deposição.

No contexto atual, distinto do contexto pós-independência, os Balantas assumiram posições chaves nas Forças Armadas e no Estado, reconfigurando sua posição política, social e econômica no campo de relações de força e disputas pelo controle dos recursos. Trata-se duma nova configuração de relação de poder no país.



## CAPÍTULO 2: O CONCEITO DE RAÇA, ETNIA E GRUPOS ÉTNICOS

Neste capítulo, discutiremos o conceito de raça, etnia e dos grupos étnicos, tendo como quadro a etimologia do conceito e o debate na literatura, focalizando o contexto africano e as formulações do conceito de etnia no contexto de Guiné-Bissau. É nosso interesse analisar a estrutura social dos Balantas tal como caracterizada pelos autores guineenses com o objetivo de analisar possíveis relações entre tal estrutura e sua implicação na maneira como os Balantas aderiram massivamente à luta de libertação nacional.

Num primeiro momento, analisaremos o conceito da etnia e a forma como tem sido usada para caracterizar uma determinada comunidade ou grupo, no segundo momento analisaremos o conceito do grupo étnico, apontando aproximação e distanciamento com a definição de etnia, e finalmente, analisaremos algumas reflexões sobre a estrutura social guineense, em particular, dos Balantas, segundo esses autores.

### 2.1. Raça

A ciência social do século XIX estava vinculada por uma concepção naturalista de ciência. Por essa razão, disseminavam-se ideias a respeito das raças, suas diferenças e hierarquias, que vieram a encontrar nos modelos evolucionistas e darwinistas produzidos na Europa e nos estados unidos para a sua legitimação.

Para os teóricos evolucionistas do século XIX, dentre eles o médico italiano Cesare Lombroso e o conde francês Artur de Gobineau, tentaram estabelecer relações bastante rígidas entre biologia, aptidões intelectuais e inclinações morais, para levar à crença da superioridade de uma raça sobre as demais. Bobbio (1986) estabelece uma relação entre a política e o racismo contra as raças que se consideram inferiores.

Pode-se dizer que o racismo é um fenômeno tão antigo quanto à política, na medida em que, em nome da identidade étnica, é capaz de fortalecer o grupo social contra um inimigo verdadeiro ou suposto. Existe um racismo entre raças consideradas superiores, branca, amarela e negra, mas há também racismo entre as raças consideradas inferiores ou grupos étnicos particulares. Por outro lado, há um racismo que pode desenvolver-se dentro de uma comunidade política pluri-racial ou entre comunidades políticas diferentes (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1986, P. 1059).

Do ponto de vista sociológico, o importante é compreender as razões e as consequências das raças serem reconhecidos como tais, sem vinculações com critérios biológicos. Sendo assim, podemos definir raça como uma construção social utilizada para distinguir pessoas em termos de uma ou mais marcas físicas, o que normalmente tem consequências para as suas

vidas. Bobbio (1986) ressalta que o racismo é um instrumento que fortalece determinados grupos em disputa.

A partir dos finais do Século XIX, o conceito de raça ganhou uma nova significação como sinônimo de etnia, povo e da identidade étnica de grupos sociais, que compartilham língua, cultura e tradições. Isto porque as características predominantes num grupo social ou étnico vão se juntando gradualmente aos dos grupos vizinhos, acabando por não ser possível distinguir um determinado grupo apenas pelas suas características biológicas, como foi interpretado por evolucionismo e darwinismo.

## 2.2. Etnia, classe e grupos étnicos

O conceito de etnia surgiu no Século XIX, na Europa, cuja identidade se define pela comunidade de língua, cultura, monumentos históricos e território (BOBIO, 1986). A palavra etnia parece ter sido usada pela primeira vez em 1896, no livro de *Les sélections sociales* [seleções sociais], do antropólogo francês Georges Vacher Lapouge. A ideia de etnia era muito vinculada à tribo, nesse período, sinônima de expressões como “comunidade étnica”, “comunidade linguística” e “comunidade sem estado”, inserida dentro de um determinado território.

Etimologicamente a etnia veio do termo grego *ethnikós*, que significava grupos humanos com uma forma de organização baseada em estrutura de tipo familiar com uma base econômica e social comum. Na sua utilização pela antropologia, nos finais do Século XIX e princípio do Século XX, não houve alteração significativa no conceito, tendo sido criado uma área no âmbito da antropologia social e cultural para o estudo comparativo das culturas, buscando captar suas semelhanças e diferenças (LIBERATO, 1992, p. 87).

No Século XIX, o termo etnia excluía, na polis, os grupos étnicos, estrangeiros, mulheres e menores de 18 anos, desprovidos de direito da cidadania e participação política na cidade-estado. Neste sentido, os Balantas, entendidos como uma “comunidade étnica e linguística”, não faria parte da cidade-estado como cidadãos de direito. Este conceito, excluí ao mesmo tempo todos os grupos cujas bases econômicas são consideradas subdesenvolvidas vinculadas características étnico do tipo familiar.

O conceito da etnia, diferentemente do conceito de raça, assumi um sentido inclusivo de identidade. Se, por um lado, o conceito de nação descreve o pertencimento a uma entidade política e a raça descreve suas características biológicas, por outro lado, cabe o conceito da etnia descrever os grupos humanos a partir do compartilhamento de uma língua e de uma cultura, (ARRUTI, 2014,). Os traços característicos de uma etnia revela que não existe uma

relação direta entre a cultura e características hereditárias e biológicas dos indivíduos, ou seja, tais características são condicionadas por fatores de ordem histórico e social.

O conceito Balanta, nessa ótica, não é dado pelo sangue mediante o processo biológico, ainda que não o excluísse, mas sim, é um construto social de um grupo de indivíduos inseridos no mesmo ambiente humano e no mesmo território, que compartilham a mesma língua, cultura-costumes e tradições.

No contexto africano, o debate sobre a questão étnica passa assumir preocupação dos estudiosos no meado do século XX, particularmente no contexto das independências africanas, em que a questão da nação era vista em contraposição a etnia. Para Kwame N'krumah (2016), a luta de classe entre opressores e oprimidos está no cerne do problema do Estado-Nação em África. A independência fez emergir, com mais intensidade, as divisões sociais, temporariamente esquecidas na luta pela liberdade política, sobretudo, nos estados recentemente independentes de tendência socialista.

Segundo ele, a burguesia africana, classe que se desenvolveu sob o colonialismo, seu interesse reside na manutenção das estruturas socioeconômicas capitalistas em aliança com o neocolonialismo em conflito direto com as massas africanas. A burguesia africana, marcada pela luta de classes, dá a impressão de ser uma força econômica devido a sua estreita ligação com interesses capitalistas financeiros e comerciais.

São numerosos os membros da burguesia africana que, sendo empregados em firmas estrangeiras, têm um interesse direto na manutenção e exploração econômica de África pelas potências estrangeiras. Outros ocupando postos na função pública, em empresas, finanças, exércitos, e nas profissões liberais, reclamam-se do capitalismo devido à sua origem de classe, à sua educação no estrangeiro e à sua posição privilegiada e copiam os seus antigos mestres coloniais a fim de preservar o estatuto e o poder que herdaram durante as épocas colonial e neocolonial (N'KRUMAH, 2016, p.27).

N'krumah faz uma articulação entre o colonialismo, burguesia burocrática da classe privilegiada, classes oprimidas e o neocolonialismo. A África possui, assim, o núcleo central da burguesia próximo dos colonizadores pelas posições privilegiadas que ocupa, e que constitui uma minoria egoísta, interesseira, reacionária, entra vastas massas exploradas e oprimidas, que repousa no apoio que recebe do neocolonialismo.

Aqui, a etnia seria uma consequência das desigualdades existente na sociedade. As diferenças de raças, etnias, sexos, gerações e culturas, entre os povos, tornam-se diferenças de classes sociais como elementos para atribuição dos papéis sociais. Subjacente a essa ideia, há ideia de que etnia é uma invenção do colonialismo. E as classes são uma consequência das

desigualdades sociais existentes na sociedade, e não como consequências das desigualdades étnicas ou regionais entre o campo e a cidade.

A ideia que as etnias foram criadas pelo colonialismo em África não explica e nem justifica o profundo enraizamento do problema. Segundo Liberato (1992), as diferenças e as desigualdades já existiam. As mudanças ocorreram nas formas de relacionamento e nos sentidos atribuídos pelos indivíduos ao conceito de etnia na realidade social.

A questão posta em debate são as realidades africanas: os anos pós-independência foi cenário de muitos conflitos locais, golpes de Estado e a dificuldade de construção da unidade nacional. Somam-se ao problema nacional, as definições das fronteiras africanas que não correspondiam às relações sociais, política étnica devido à hegemonia de uma classe no aparelho estatal. E, por conseguinte, o aumento da desigualdade no acesso aos bens e oportunidades para todos. O que tem provocado rebeliões, de tipo separatista, nas sociedades africanas. Tudo isso estimulado, e por vezes, financiado pelas antigas potências coloniais (LIBERATO, 1992, P. 89).

À semelhança de N'krumah (2016), que analisa a burguesia africana, depois da independência, que se seguiu ao neocolonialismo, Liberato (1992), coloca a problemática dos conflitos locais como consequência da desintegração de etnias na base de uma unidade nacional. Ou seja, a falta de integração dos camponeses enfraqueceu o processo de coesão nacional e fortificou as desigualdades sociais dissimuladas pelo conflito que opõe grupos separatistas e classes que disputam controle do estado-nação.

### **2.3. Os grupos étnicos e cultura**

Conforme Poutingnt (1998), os critérios usados para identificar o grupo étnico na literatura antropológica são percebidos como autoperpetuação do ponto de vista biológico, de modo unitário, fixo, em detrimento de formas culturais. Um grupo étnico é um conjunto de indivíduos cujas marcas culturais são identificáveis pelos membros de uma dada comunidade ou sociedade em que estão inseridos (POUTINGNT, 1998).

O autor concorda com o fato de que o compartilhamento de uma mesma cultura, como cultura Balanta, por exemplo, constitui um fator significativo, mas não suficiente. Os grupos étnicos diferem entre si em termos de língua, religião, costumes e ancestralidade. Aqui, as distinções culturais não constituem em si mesmas as principais causas das diferenças comportamentais entre os diversos grupos étnicos.

Enquanto a concepção naturalista e evolucionista do Século XIX estabelecia a relação entre a diferença cultural e marcas físicas, entre as raças, para os culturalistas as diferenças

físicas não causam diferenças culturais. Em outras palavras, os valores étnicos e elementos culturais dos Balantas não têm nenhuma relação ou influência na maneira como eles se comportam na sociedade. Da mesma forma, poder-se-ia perguntar se a distinção organizacional de alguns grupos étnicos gerou diferenças na forma como eles aderiram à luta de libertação nacional contra o colonialismo na Guiné-Bissau?

Em seu estudo sobre cultura e luta, Amílcar Cabral (1984) afirma que, em cada momento histórico, a cultura é uma forma de conceptualização para a resistência política e econômica contra o domínio colonial. As crenças, os ideais, as normas e as tradições que dão sentido a vida de um povo é um ato político de resistência.

“A cultura é o elemento essencial de um povo. Ela é manifestação ideológica e/ou idealista, facilita, de forma dinâmica, articulação de sínteses, fixar consciência social, resolver conflitos, em cada etapa histórica, em busca de desenvolvimento social” (CABRAL, 1984, p. 9).

A negação da história de um povo é a negação de sua cultura. Razão pela qual, a dominação estrangeira exige, como condição, a submissão cultural e a tentativa de acabar com a cultura do povo dominado. “A luta de libertação é afirmação da personalidade cultural de um povo” (CABRAL, 1984, p. 9-10). Ainda Cabral, embora, a cultura popular tenha um caráter de massa, ela não é uniforme e não se desenvolve igualmente em todos os setores da sociedade. Nesse sentido, o conceito de cultura dos grupos étnicos difere dos grupos raciais, no sentido biológico, anteriormente apontado.

No que diz respeito à estrutura social de Guiné-Bissau, Amílcar Cabral estabelece uma relação entre comportamento dos diversos grupos étnicos na maneira como se comportaram pela causa da luta de libertação nacional. Segundo ele, na Guiné-Bissau existem dois grupos sociais, “verticais” e “horizontais”. O primeiro se caracteriza de forma hierárquica de organização social, marcado pela divisão social do trabalho e estruturas de poder centralizado. Já o segundo, caracteriza-se pelo baixo grau de divisão social e pela ausência de um poder centralizado. Dentro desse mesmo grupo, encontram-se os Balantas, considerado por Amílcar Cabral sociedade “sem estado” que aderiram à luta de libertação porque, supostamente, são muito diferentes, dado que é uma sociedade que não aceita qualquer forma de dominação, rejeitam qualquer forma de influência ou de imposição da cultura colonial. Esse teria sido a razão da sua aderência à luta. Como salienta com Cabral

Na Guiné-Bissau o que influenciou a aderência dos diferentes grupos étnicos ao movimento de libertação é a sua estrutura social. Pode se encontrar, no interior, o grupo que consideramos como semi-feudal, “vertical”,

representados pelos Fulas, e, por outro lado, os grupos “horizontais”, representados pelos Balantas, também chamado sociedade “sem estado”. Isso explica as diferenças do comportamento global ou setorial desses dois grupos étnicos, face ao movimento de libertação. Entre os Balantas, a distribuição do nível da cultura é mais ou menos uniforme, estando às variações apenas ligadas às características individuais e aos grupos etários. Só o conselho dos velhos da tabanca ou de um conjunto de tabancas pode tomar decisões relativas à vida da sociedade Balanta. No polo oposto, os Fulas, sociedade “vertical” é centralizada, com presença de um chefe (CABRAL, 1978).

Entre esses dois grupos, existem os assimilados, urbanizados, crioulos, intermediários entre a população local e o colonialismo, um grupo minoritário formado por pequenos proprietários afro-portugueses, vanguarda crítica e intelectual da luta de libertação.

A questão de saber se campesinato representa ou não a principal força revolucionária é de importância capital. E, no que diz respeito à Guiné-Bissau, devo responder negativamente. Pode ser assim surpreendente de que baseemos no campesinato a totalidade dos esforços da nossa luta armada. No entanto, sabemos por experiência quanto nos custou incitá-lo para a luta (CABRAL, 1974, p. 103).

“Em África, as massas camponesas são, geralmente, não revolucionárias. Por isso, é indispensável que tomem consciência e que estejam enquadradas pela *intelligentsia* revolucionária” (N’KRUMAH, 2016, p. 84). O quadro de análise continua sendo classe social, não etnia ou grupos étnicos. A burguesia africana, segundo Cabral, pode ser dividida em três grupos, o grupo comprometido com o colonialismo, que engloba funcionários superiores, médicos e profissões liberais; o grupo da pequena burguesia revolucionária, e, por fim, os intermediários, que se situam entre a defesa da libertação e a continuação do colonialismo.

Em África, para N’krumah (2016), no mais alto grau da hierarquia social das zonas rurais situam-se os proprietários feudais de terras, que vive da exploração dos camponeses, e os proprietários capitalistas, que vivem da exploração de uma mão de obra assalariada. Entre os dois grupos existem o clero, que vive da exploração feudal e capitalista dos camponeses. Já os pequenos agricultores cultivam a terra que lhes pertencem e que alugam. Empregam membros das suas famílias ou mão de obras assalariada. Por isso, Cabral chama atenção para necessidade de uma consciência de classe, afirmando que:

[...] uma consciência de classe, que possa englobar todas as camadas sociais, portadoras de história. É impossível, no nosso contexto colonial, que uma só camada social possa realizar a luta contra o colonialismo, porque a luta exige a realização efetiva da unidade nacional. Mas, a ausência de uma classe social, ou de um nacionalismo sem nação, poderia ser sinônima de vácuo político. Mas não é o caso. É na luta de libertação contra o próprio Estado colonial, mais do que a luta de classe, que dirige a história. O importante nessa luta é saber quem será capaz, uma vez destruído o poder colonial, de tomar em suas mãos o aparelho do estado (CABRAL, 1974, p. 104).

Isso significa que não se pode alcançar a luta de libertação sem ter a consciência de classe, uma vez que, o estatuto indígena, na sociedade colonial, hierarquizava a população da Guiné, Angola e Moçambique entre civilizados e indígenas, entre campo e cidade, ou ainda em termos culturais, que anteciparam o início da luta de libertação.

Como sabemos o colonialismo, por meio de estatuto indígena, organizou as sociedades africanas em função das necessidades de matérias-primas necessárias para as metrópoles, da força-de-trabalho a baixo preço e, ao mesmo tempo mantinham um rigoroso sistema de controle para não haver alteração à ordem imposta, nesses países.

A lei orgânica do ultramar português, de 1953, que substituiu a Carta Orgânica de 1933, mudou a política colonial, voltando-se para a ideia de “assimilação cultural”. Um ano depois, em 1954, o “estatuto dos indígenas” das províncias de Guiné, Angola e Moçambique definiu que os indígenas nascidos nesses países e que ali vivia, desde então, por não possuírem a educação, hábitos pessoais e sociais julgados pela metrópole necessários, eram excluído no acesso aos direito público e privados, e restritos aos cidadãos portugueses das ex-colônias de Portugal em África (MOURÃO, 2009 p.87).

No quadro do estatuto indígena, os Balantas, entre outras etnias, eram vistos pelo colonialismo como povos selvagens, sem cultura, sem história e privada de direitos políticos e sociais no âmbito da sociedade e do estado colonial. Na sua organização interna, os Balantas se organizam em *tabancas*<sup>2</sup> e *moranças*<sup>3</sup>, com forte vínculo familiar e relações de vizinhança, habitantes majoritários da província Norte e Sul. São produtores de arroz, de linhagem patrilinear (SIMÕES, 1935).

“As famílias reagrupam-se por aldeias. As aldeias são lideradas por um “chefe”, um velho, homem grande, que exerce o poder e, ao mesmo tempo, a função religiosa dentro da comunidade. É ele que dirige os rituais, as oferendas, e o seu poder emana do conselho dos anciãos” (DJALÓ, 2012, p. 46).

Normalmente, entre Balanta, cada família possui uma terra para construir suas casas ou *moranças* (aldeia), cultivar e viver. Geralmente, os Balantas, na Guiné-Bissau, são polígamos, dependendo da posse da terra e do gado, característicos das sociedades patrilineares. No plano da sucessão, após a morte do pai, os filhos são assumidos por um membro da família, que assume o lugar de pai. E se o falecido deixar bens fica para os filhos. Caso não tenha filhos, os bens ficam com a mãe, que assume o lugar do marido.

Ao lado do pequeno agricultor situa-se o camponês, que é menor proprietário de terra. A sua vida é a própria insegurança. Trabalha um pequeno retalho de terra, com ou sem gado. Está sempre dependente das condições atmosféricas

<sup>2</sup> Tabanca em Guiné-Bissau significa aldeia, conjunto de moranças.

<sup>3</sup> Morança, conjunto de famílias que congregam matriz ancestral comum. Ou seja, são famílias que comungam o mesmo grau de parentesco.

e da própria natureza, porque sua colheita só será boa se estiver bom tempo. O camponês pode tornar-se um elemento revolucionário, sob a condição de ser enquadrado pelo proletariado rural urbano. É parte integrante da classe operária. São mais revolucionárias do mundo rural africano. (N'KRUMAH, 2016, p. 86).

Havia uma relação estreita entre a cultura colonial e o trabalho manual dos camponeses. Para o estado colonial, o mais importante seria orientar “os indígenas” camponeses para o trabalho do campo com vista ao aumento da produção agrícola, pecuária, trabalho forçado que garantiria a assimilação, enquanto camponeses ou proletariados. Daí o papel da classe revolucionária para orientar os camponeses para a luta revolucionária. Nas palavras de Amílcar Cabral, os grupos étnicos identificam-se com o povo, desde que compartilhassem o projeto de unificação binacional defendido pelo PAIGC.

A questão da etnia ressurgiu com toda a vigor, mas Cabral inclui as etnias no conceito do povo, contrapondo-se à ideia dos que subordinavam a etnicidade a construção do estado-nação que marcaria o fundamento da sociedade civil em oposição às sociedades étnicas ou tribais, “sem sociedade civil”. O objetivo maior era garantir que a “eticidade”, que era oposta da instrumentalização do “tribalismo” pelos grupos destribalizados, não inibisse a unificação popular nacional da classe-nação. (TEIXEIRA, 2015, p. 164).

Resta-se analisar como se coloca na atualidade, a ideia de etnicidade, classe-nação e identidade nacional frente proliferação de identidades étnicas que podem ser instrumentalizadas por parte de diferentes grupos na disputa política, como é o caso das eleições, dos golpes de estado, exclusão, mas também apreensões arbitrárias e assassinatos dos adversários políticos. Pode existir a instrumentalização do tribalismo pelos grupos considerados superiores ou grupos inferiores.

Por outro lado, há um tribalismo que pode desenvolver-se dentro de uma sociedade pluriétnica ou entre grupos destribalizados, isto é, sem ligações com as identidades étnicas, dificultando a integração social. É importante perceber, nessa lógica de instrumentalização, o lugar que os Balantas assumiram, no campo da disputa política, no quadro multipartidário, que possibilitou a manifestação de diferenças e a luta pela integração dos grupos étnicos no país.

No capítulo que se segue trazemos em análise, os diferentes sentidos ou visões que os nossos entrevistados têm sobre os Balantas em três momentos: colonial, luta de libertação e na democratização da Guiné-Bissau.



### **CAPÍTULO 3: ANÁLISE DAS VISÕES SOBRE OS BALANTAS**

Etimologicamente o nome Balanta foi derivado da língua mandinga (LANDERSENT SIMÕES, 1935; DJALÓ, 2012; CAMMILLERI, 2010), grupo étnico da África ocidental, descendentes do Império de Mali. O nome Balanta estaria relacionado às resistências à dominação mandinga na atual Guiné-Bissau, antes da chegada dos portugueses. Exprime a ideia de recusa, de oposição, de resistência.

Cammilleri (2010) explica que, na Guiné-Bissau, o nome Balanta, atrelado a recusa, no sentido pejorativo, se alastrou por todos os outros povos da Guiné-Bissau, e foi apropriado pelos portugueses, nos escritos da época. Nesse sentido, pode ser utilizado como expressão de desprezo cultural, de povos “não civilizados”, expresso em vários regulamentos introduzidos por Adriano Moreira quando foi ministro do Ultramar.

#### **3.2. Visões sobre Balantas no contexto colonial**

A história do povo Balanta segundo Cammilleri (2010) evidenciou uma bravura que foi mostrada pela sociedade Balanta para defender o seu território geográfico, como espaço necessário para viver em dignidade, harmonia e liberdade pressupostos indispensáveis a vida humana.

A nossa análise, seguindo a estrutura anterior, se divide em três momentos. Visões sobre Balantas na colonização, visões sobre Balantas na luta, independência e pós-independência e visões na democratização da Guiné-Bissau. Iniciemos a nossa análise sobre visões dos Balantas no processo da colonização. A este respeito, um entrevistado afirma:

Entendo que a etnia Balanta estava na mesma situação com as outras etnias. A colonização não afetou só uma etnia, mas sim todas as que compõem o país, em termo de trabalho forçado, mão-de-obra precária. Nesse caso, a etnia Balanta, não ficou fora. Como tinha explicado, etnia Balanta é uma etnia que gosta de trabalhar, de certeza tinha uma relação comercial ou de emprego com o colonizador, de modo que, saia prejudicado tendo em conta as leis estipulados pelos colonizadores (ENTREVISTADO A, 2017).

Nesta fala, se percebe a política colonial que tentou dismantlar as estruturas dos Balantas, através da exploração desenfreada dos recursos mediante o trabalho forçado, do qual, os Balantas eram submetidos, contra suas vontades. Por outro lado, o entrevistado fala em relações entre os Balantas e o colonialismo, relações de exploração que marcou ao longo da história, como aconteceu com outras etnias, durante o colonialismo na Guiné-Bissau, mas

também algum tipo de benefício, por parte de algumas lideranças Balantas. *“Os portugueses traziam produtos e davam à população. Acho que os Balanta também foram vítimas dessa armadilha”* (Entrevistado C, 2017).

Termos como campo, trabalho, respeito, defesa da cultura, competência, são expressões que mais aparecem nas entrevistas. Para um entrevistado, os Balantas viviam independentes antes da presença portuguesa. Além disso, percebe-se a preocupação dos entrevistados com ausência de escritos que pudesse servir para exprimir a história da estrutura social e política Balanta.

No período da colonização, apesar de não ter alguma coisa escrita, a história oral nos conta que Balanta é uma etnia que desde o início rejeitaram a humilhação, sempre optaram pelo respeito, por isso, na era colonial, nunca se deram com os colonizadores, por causa de abuso por parte dos portugueses. Povo trabalhador que preferiam trabalhar para ser independente dos colonizadores; povo de campo, com certeza bem sucedida antes da colonização porque trabalham para sua cultura. São povos muitos competentes (Entrevistado E, 2017).

Durante o trabalho de campo, realizado com nossos interlocutores dentre os dois já citados acima, percebemos a ausência de compreensão dos entrevistados sobre os Balantas no processo histórico colonial. A referência que se tem dos Balantas é a partir da luta de libertação nacional contra a política do estado colonial. Essa memória da luta foi construída, em grande medida, pelo partido PAIGC.

A questão da resistência contra o regime colonial, antes da partilha da África na Conferência de Berlin, marcou a história dos Balantas. A resistência à ocupação colonial é apontada por um dos entrevistados como um dos aspectos que marcaram a história dos Balantas, pois, *“como sabemos, no período da colonização, houve grandes resistências. E, de forma geral, os Balantas conseguiram resistir de forma muito duro e recusaram ser subordinados pelos colonizadores. São povos focalizados, resistentes”* (Entrevistado G, 2017). Outro entrevistado reforça a capacidade da resistência dos Balantas e dos Bijagós, últimos a serem apaziguados pela violência colonial.

Creio que, a minha visão em relação ao povo Brassa durante a colonização é de uma sociedade determinada como sempre, dedicado as suas práticas culturas e laborais como pastaria e lavoura. Agora, no âmbito de colonização foi resistente à presença colonial, aqui não coloco resistência no sentido vulgar que pelo qual os Balantas foram difundidos erráticamente. Mas falo no sentido de proteção e da sua própria autodefesa. Os Balantas, assim como bijagós, também não se vergaram a colonização, nem pela retorica, e muita menos, falsa visão de civilização. Mas foram também objetos de exploração (Entrevistado M, 2017).

Nesta fala se percebe a relação entre etnicidade e territorialidade. A resistência dos Balantas é atrelada a região Sul, que foi palco da mobilização política dos camponeses Balantas para a luta da libertação nacional, dirigida por Amílcar Cabral. O entrevistado mostra, assim, uma íntima relação dos Balantas com a independência da Guiné-Bissau. Segundo ele,

No período da colonização, como toda parte da África, os europeus dominaram como os portugueses, que dominaram, expandiram pelos interiores da Guiné-Bissau, abusando, cobrando impostos altos. Algumas etnias, porém, colaboraram com os portugueses, mas os Balantas são dos que desde o início recusaram essa dominação de pagar imposto através das lavouras e outras práticas e formas de pagamento colonial. Sempre se resistiram. Por isso, o Sul é muito pouco dominado na própria história da luta de libertação. Quando o Cabral foi colocado para fazer recenseamento agrícola na Guiné-Bissau conseguiu fazer mobilização nessas zonas (Entrevistado O, 2017).

Até aqui, analisou-se as visões sobre Balantas no contexto da colonização da Guiné-Bissau. Falou-se das resistências que tiveram lugar, a violência colonial, a estrutura organizacional e a participação dos Balantas na história da luta da libertação que possibilitou a fundação do Estado guineense. Por outro lado, apontou-se também a participação de algumas etnias no processo da colonização na atual Guiné-Bissau colonial.

### **3.3 Balantas na luta de libertação e independência**

A resistência do povo Balanta segundo Cammilleri (2010) tem oposto todas as formas de agressão e de pressão externa, revela-se significativamente se considerar que o sistema político Balanta não é de carácter centralizada por isso, provavelmente é mais estável e mais sólida, mas ao contrário é descentralizada, dividido em pequenas unidades sociais e familiares que são mais expostas a desagregação da unidade de política.

No processo de luta de libertação para a independência, como vimos anteriormente, os Balantas tiveram um papel de suma importância porque, “*no período da colonização, ajudaram o Amílcar Cabral na luta de mobilização*” (Entrevistada D, 2017), colocação reforçada por outro entrevistado, quando ele afirma:

Como sabemos a etnia Balanta, antes da independência, povoam Sul e Norte da Guiné, mas, como alguns historiadores nos mostra, maioria dos Balantas que aderiram à luta é os de Sul, porque Sul passou a ser um espaço estratégico porque permitia a luta como sabemos que a luta não podia ser desencadeado em toda a parte, no sul porque tinha os Balantas uma etnia que desempenhou um papel muito importante na luta em vários vertentes por isso, pode ver que essa etnia tem marcos histórico na Guiné (Entrevistado H, 2017).

O fato de serem agricultores, não comerciantes, é outra razão, como afirma um entrevistado, teria facilitado à aderência dos Balantas na luta de libertação. Por outro lado, o

mesmo entrevistado mostra certa contradição ao ressaltar que a vocação comercial dos Balantas teria conduzido a conflitos de interesse com o colonialismo.

A participação dos Balantas, na luta de libertação, da Guiné-Bissau, foi massiva e importante. Aparentemente, os Balantas são majoritários na luta de libertação de Guiné-Bissau por causa da própria característica que apresenta que é de trabalho. E por causa dessa característica foi fácil entrar na relação econômica com os colonizadores e na base desse trabalho não foram respeitados e ainda sem salário provocou a revolta. Essa revolta fez com que a etnia Balanta aderisse à luta, e por causa dessa característica de trabalhador que assumiram diferente das outras etnias que não apresentam estas características, que voltaram mais para o comércio. Balanta é uma etnia que não tem estrutura vertical, que é de ter um chefe (regulo), mas, sim um fórum de concertação em que os mais velhos consertam sobre alguns aspectos étnicos tradicionais. Acho muito interessante porque não tem a questão em que só um grupo de pessoas é que têm que decidir nesse caso vertical. Mas, sim, de uma forma horizontal, em que todos participam democraticamente (Entrevistado A, 2017).

O entrevistado retoma o discurso da sociedade horizontal, como constitutivo da organização Balanta. O coletivismo e a consciência coletiva teriam sido elementos culturais básicos da sociedade Balanta, considerado pelo nosso entrevistado como sendo democrático, em função desse coletivismo horizontal. Portanto, não existiria a lógica de estado centralizado.

Balanta é um povo corajoso no que refere à luta de libertação. Acho que são os que mais aderiram, e esse se reflete até agora nas forças armadas. É uma realidade histórica que começou desde a luta de libertação. Aderiram essa realidade com toda força e deram as suas vidas para causas comuns. A primeira razão que motivou os Balantas na luta é a questão de patriotismo. Se não fosse nunca iriam decidir aderir à luta. A segunda razão eu diria que é o inconformismo com o regime colonial que era muito ditador. São duas coisas que achei que deram essa participação para que juntos com outras etnias conseguissem acabar com aquele regime, é a etnia que vive da coletividade em que todos decidem (Entrevistado B, 2017).

A participação na luta englobava famílias inteiras, incluído mulheres, filhos, homens, jovens, idosos entre outros indivíduos ligados por laços efetivo. O desejo de liberdade contra qualquer forma de submissão e de servidão marcou a participação dos Balantas na luta pela independência nacional. O tema da libertação é o ponto central do PAIGC.

A participação dos Balantas na luta de libertação foi ativa. Os Balantas foram fundamentais na luta de libertação nacional por suas táticas, por conhecer região do Sul, onde tudo se deu inicialmente. Também por razões da mobilização de família inteira: as mulheres, crianças, jovens e os mais velhos, todos aderiram, por uma causa só – independência. Todas as etnias que participaram na luta armada têm participação fundamental, mas dos Balanta seria talvez mais importante por ser majoritário e primeiro a aderir e aceitar lutar pela independência. Porque na altura lutar contra os portugueses sem nenhum material bélico é um risco de vários aspectos de perda de vida como muitos se morreram. Por isso, eles são importantes como os demais, mas eles apresentam mais relevância. Razão da participação dos Balantas na luta de

libertação por não ter concordado pelas práticas coloniais colocadas pelos portugueses na Guiné-Bissau. Ninguém gosta de trabalhar e pagar metade da sua produção como imposto colonial. Por isso, a participação dos Balantas na luta é contra essa opressão, onde a pessoa não tem mais a liberdade de produção e criação de animais. Essa foi a razão fundamental que levaram os Balantas entenderem que tinham que libertar e participar na luta. Cabral usou essa estratégia da mobilização e essa foi forte. No meu ponto de vista, essa é uma das razões para os Balantas aderirem à luta, por isso a luta começou no interior (Entrevistado, O).

A questão da horizontalidade, baseada na consciência coletiva, é vista como modelo de pensamento europeu para caracterizar a sociedade guineense. A horizontalidade é vista como elemento presente em outras etnias, não apenas entre Balantas. Por isso, um entrevistado coloca a necessidade de valorizar a cultura como expressão de libertação.

Sobre a estrutura horizontal dos Balantas não tenho muito fundamento. Mas, no meu ponto de vista, acho que não devemos comparar com estrutura ocidental, separando a sociedade em vertical e horizontal, mas sim olhar a cultura. Na base da cultura, as pessoas conseguem viver muito bem, tanto Balanta, como Fula ou Mandinga, cada um com a sua divisão social, diversificação ou organização social, horizontal ou vertical. Para mim, isso não importa. O que importa que sejam respeitados, culturalmente. Se levarmos em consideração aos direitos, todos tem que fazer a mesma coisa. Então, é uma sociedade onde homem tem papel preponderante. A mulher também tem papel fundamental, cada um tem a sua divisão (Entrevistado O, 2017).

A horizontalidade não estaria necessariamente ligada à ausência de poder hierarquizada e centralizada. A horizontalidade seria expressão de cultura e da luta. Por outro lado, alguns entrevistados salientam a importância da diáspora no entendimento do sentido da horizontalidade da sociedade Balanta. Isso também revela que a ideia de coletivismo horizontal não foi, na prática, uma criação dos Balantas, mas sim, de alguém que pensou sobre eles.

Percebe-se que essa caracterização atribuída sobre Balantas, na percepção do nosso entrevistado a partir da sua interação na diáspora. Ou seja, ele como guineense, e não só, desconhecem dessa caracterização dos Balantas como aqueles que são organizados pela estrutura horizontal, como confere o entrevistado abaixo citado.

Conheci essa estrutura “horizontal” a partir de diáspora, com o trabalho do meu amigo que fez o seu trabalho de conclusão do curso tratando da etnia Balanta. Agora se realmente existe essa forma de organização, eu acho espetacular, porque seria um sistema que favorece mais a cooperação do que a competição baseado na “meritocracia” que nos foram impostos pelo capitalismo. Acredito que, qualquer povo não aceita a humilhação e dominação dos outros povos, por isso, mesmo vejo que os Balantas participaram na luta para defender a sua dignidade humana como povos livres do mundo (Entrevistado F, 2017).

O entrevistado mesmo que prolongou a sua crítica a meritocracia ocidental, demonstra o desconhecimento pelo conceito de horizontalidade do poder na estrutura organizacional dos

Balantas. Isso nos confere a noção de que este conceito pode ser uma necessidade de caracterizar este povo considerando o contexto de campanha à aderência ao processo da luta armada. No entanto, consideramos a importância dessa caracterização percebemos a necessidade de investigar ainda mais sobre o assunto.

### **3.4. Visão sobre os Balantas na democratização**

Partindo dessa caracterização, um dos nossos entrevistados afirma “*para mim a etnia Balanta é uma etnia amigável. Porém, não é fácil de fazer amizade, mas se o fizer, dificilmente trai essa amizade, encara com seriedade. É uma etnia trabalhadora*” (Entrevistado A, 2017).

Outro entrevistado encontra na etnia Balanta como parte de um todo guineense, com diferentes culturas, incluindo outros grupos étnicos, com suas crenças, visões hábitos, moral, famílias, como também por fazer parte da Guiné-Bissau da qual é membro. Como afirma um entrevistado, “*para mim Balanta é uma parte de todo. E esse todo é a Guiné-Bissau, composta por diversas culturas, como Fulas, Bijagós, Manjacos, Mancanhas ou Mancanhe, entre outras etnias*” (Entrevistado B, 2017).

A etnia Balanta, com uma população aproximadamente de 30% de habitantes, é a etnia majoritária entre as vinte e sete etnias guineense. Isso mostra seu peso populacional, densidade eleitoral e econômica quando comparado às outras etnias. Essa visão pode ser encontrada no depoimento de um entrevistado, quando afirma “*Balantas é uma etnia com maior número em relação às outras etnias, na Guiné-Bissau, com a sua cultura, língua, costume*” (Entrevistado C, 2017).

Essa abordagem aproxima-se do conceito de etnicidade primordial, de Frederik Bart (2006). O termo primordial enfatiza grupos que compartilham heranças culturais e ancestrais comuns, a qual os indivíduos atribuem um vínculo especial na integração e na reprodução da sociedade. Tal vínculo pode ser, conforme, caso religioso, regional, linguístico, tradições ou costumes. Encontramos os mesmos vínculos entre os Balantas, que, “*como qualquer etnia da Guiné-Bissau, possui território, povo, cultura, religião, regiões, que os caracterizam enquanto grupos, que confere às ligações e forma de solidariedade étnica para com os seus membros*” (Entrevistado E, 2017).

Outro entrevistado observa que, esses vínculos primordiais, tomando forma de manifestações culturais, como N`ghaié, broska e kusundé<sup>4</sup>, só começou a ser compreendido por ele aqui na diáspora, no Brasil, mas que, em Guiné-Bissau, ainda é pouco estudado.

Sei que a etnia Balanta é uma etnia de Guiné-Bissau, a mais numerosa dentre as etnias, existentes no país. Conheço pouco da sua organização política, social e cultural, tirando algumas manifestações culturais, como passagem de Ngaié, danças de broska e kusundé. A partir de diáspora, consegui saber que não tem hierarquia na sua organização política e atuam horizontalmente (ENTREVISTAD F, 2017).

Este entrevistado coloca igualmente o caractere horizontal da etnia Balanta, que remete poder, estabilidade coletiva, segurança, consciência coletiva, baixo grau de divisão social do trabalho. Para Cabral (1978), os Balantas atuam em coletividade. É uma etnia horizontal como consequência do seu modo de produção baseado no parentesco com baixo grau de diferenciação social. O caráter horizontal da etnia Balanta será retomado adiante.

Os entrevistados reafirmam, de forma sistemática, o caráter primordial de etnicidade “*eu nasci numa tabanca onde vive os Balantas, antes de me começar a ler os teóricos eu já percebia que os Balantas são povos carismáticos, persistente e resistente que sempre gosta de respeito*” (Entrevistado G, 2017), ou, quando se afirmar:

Bem, eu não sei, mas por serem guineenses, alguns colegas e amigos que eu tenho e pela estatística se entende que é uma etnia majoritária, situada ao Sul do país, com uma tradição muito forte, cultura e práticas bem enraizadas que são levados ao pé da letra. Então tem os seus valores as suas tradições como os demais, mas é uma coisa muito forte, eu não conheço ao fundo. O que eu sei é isso (ENTREVISTADO O, 2017).

Para o conjunto dos entrevistados, a etnicidade Balanta é vista como primordial e necessária a sua existência. Não se atribui à etnicidade Balanta um caráter “natural” ou inato, mas sim, um conjunto de práticas e culturas que são percebidas como tradições, pois “*é uma das etnias mais conhecidas da Guiné-Bissau. São influentes na política. E como muitas outras etnias, eles têm diversos rituais, uma história e uma cultura própria, que certamente os caracteriza com grupo*” (Entrevistado J, 2017).

Aqui se coloca o caráter político da etnicidade Balanta, não restrito aos traços meramente culturais comuns, ao contrário, são atores que disputam influência política Balanta. É uma visão distinta daquela defendida por Amílcar Cabral segundo a qual a sociedade Balanta

---

<sup>4</sup> Os significados dos termos citados podem ser encontrados na obra de Salvatore Camilleri, denominado por “*A identidade cultura do povo Balanta*”.

não tem sentido de estado ou estruturas de poder central atrelada à competição e o conflito do poder.

A ideia que tenho sobre a etnia Balantas é pouca, sobre que se fala, no senso comum, de ser uma etnia com sociedade horizontal, possui uma língua, da qual se comunicam - isso mesmo - falando crioulo e têm seus rituais, em suma, uma cultura que os diferencia das outras sociedades guineenses, mesmo pertencendo Guiné-Bissau (Entrevistada K, 2017).

Essa entrevistada reconhece, o desconhecimento sobre a etnia Balanta e, ao mesmo tempo, retoma a estrutura horizontal por meio de rituais e culturas, que só existe entre os grupos Balantas. Em outras palavras, *“a ideia que tenho em relação à etnia Balanta é que são um dos mais antigos da Guiné-Bissau e são tidos como os “judeus” de Bissau, segundo algumas histórias”* (Entrevistada L, 2017). Aqui, se percebe o caráter histórico da etnicidade Balanta, ao qual, atrela-se aos Judeus, como sendo povos originários de Guiné-Bissau, os mais antigos do país.

Acho que antes de ser uma etnia, a estrutura social Balanta é uma sociedade. Evitando, assim, a folclorização antropológica. Eu olho para etnia Balanta a partir da sua estrutura social e cultural como uma sociedade de imensos valores, costumes, tradições e modos operando ricos. Os Balantas são muito rígidos pela lógica da reciprocidade e lealdade para com o próximo. Aliás, esta é uma das características das sociedades Balantas. É uma sociedade, também marcada por um forte tradicionalidade ancestral e religiosa. Os Balantas, não obstante desproverem dum certo regulado, eles nutrem grande respeito pelas pessoas iniciadas dentro da tradição Balanta, neste caso, falo de tradicional fanado. Não é uma sociedade com uma cultura pura ou perfeita, aliás, a purificação de cultura é mais dos europeus, alemão, por exemplo, com o processo de germânico e de eugenia (Entrevistado N, 2017).

Nessa fala, seis questões se entrelaçam: lógica rígida da reciprocidade e da lealdade para com o próximo, ausência de um poder centralizado (regulado, poder tradicional), respeito aos laços comuns de *fanado*<sup>5</sup>, ritual Balanta, a miscigenação interétnicas entre os grupos, em que, segundo entrevistado, a ideia de “cultura pura e perfeita”, não se coloca, diferentemente da “cultura alemã”, vista pelo entrevistado como um processo germânico de eugenia, ou seja, duma cultura baseada em leis genéticas, do ponto de vista racial, particularmente nos fins do Século XIX e princípios do Século XX, na Europa.

Além de uma visão positiva, os Balantas são identificados por uma entrevistada de nunca terem contribuído para o desenvolvimento político da democracia porque fundam a

---

<sup>5</sup> Fanado - ritual de iniciação masculina da etnia Balanta, conhecido como espaço de educacional baseada na concepção e valores culturais. Para assunto recomendo a obra de Salvatore Camilleri *“A identidade cultural do povo Balanta”* – ed. FASPEBI- Lisboa, 2010.



crença na origem comum étnica em que a identidade guineense é minimizada pelos grupos étnicos:

Sinceramente, eu defendo a concepção de que a democracia é o fator primordial para qualquer desenvolvimento contribuem político [...] E não é o que eu tenho observado na Guiné. Os Balantas não para isso, apenas dificultam, tanto como fazem as outras etnias. Na verdade, todos eles tentam **puxar** os da mesma etnia para o seu lado, sem se importar com o que seria louvável e necessário para o povo e para o país. Parecem esquecer que apesar de serem de etnias diferentes, todos são guineenses. Um exemplo, perfeito disso são as eleições do país. Por isso, mesmo, eles têm certa má reputação na política (Entrevistada J, 2017).

Todavia, a instrumentalização das identidades étnicas particulares vê-se confrontando com outro tipo de identificação, a guineense, que é entrevistada associa a todos os indivíduos nascidos ou provenientes da Guiné-Bissau. Em momentos de disputas eleitorais multipartidárias, a identidade é retomada invertendo o princípio da nacionalidade que servem de base para a dicotomização etnia / nação guineense.

A participação dos Balantas no processo da democratização tem dois lados, um mais positivo em função do simbolismo da resistência ao longo da história da Guiné-Bissau, mas que se foi perdendo esse simbolismo em função de disputas de grupos políticos étnicos. Para estes grupos, a abordagem política na agregação de votos se baseia na defesa da pertença étnica. Como percebe o entrevistado J quando tenta explicar através do que chama de “**puxar**”, pessoas da mesma etnia para o seu lado. Já outros entrevistados falam da importância dos Balantas, sobretudo, de um grupo considerado intelectual que tinham acabado de retornar dos estudos superiores na antiga União Soviética, mas foram sendo perseguidos pelos dirigentes do PAIGC com alegação de que pudessem disputar o poder e fizessem mudanças profundas dentro do PAIGC.

Os Balantas, depois do próprio golpe de estado de 1980, segundo alguns historiadores, primeiro guineense formado em Direito é Balanta, Viriato Pã, podemos notar que a maioria dos assassinados depois desse golpe era quadros Balantas. A partir dessa época, se não tivesse esse assassinato, a maioria do aparelho de estado seria ocupado pelos Balantas porque tiveram privilegio de sair para estudar na antiga União Soviética. Até os anos de 1990, com a implementação da democracia, surge o Partido da Renovação Social (PRS). Não é de fato um grupo tribal, no meu ponto de vista, mas sim, um grupo que pressionava o PAIGC porque ao assumir o PAIGC, muitos aspectos seriam eliminados. Então, o surgimento do PRS ajudou muito a democracia em sua evolução. Depois começou aparecendo outros partidos. Na altura, único partido que conseguiam assegurar o PAIGC era PRS e o Movimento de Bafatá. O PRS tinha grandes quadros, não só Balantas, mas sim de outras etnias, como é o caso de Iaiá Djaló, Jorge Malu e outros. Dá para ver que o surgimento do PRS ajudou muito a democracia da Guiné, acabando com o regime do partido único em que o poder era concentrado num certo grupo. Os Balantas tem uma grande importância na afirmação desse processo. Hoje, em

Guiné, a pessoa fala e os outros escutam mesmo se não sendo levado em consideração (Entrevistado H, 2017).

O entrevistado ainda mostra que os Balantas podiam ser líderes ou dirigentes principais, depois da luta de libertação, porque a maioria dos quadros que formaram na antiga União Soviética, na altura, era da etnia Balanta. Muitos deles foram acusados e assassinados tragicamente pelo “partido Único”. A lógica da força foi sistematicamente aplicada pelos dirigentes do partido-Estado para impor a unanimidade, o que teria conduzido assassinato de Viriato Pã, Balanta, ex-procurador geral da república, e Paulo Correia, Pepel-Balanta, primeiro vice-presidente e ministro da justiça, no governo João Bernardo Vieira (MENDY, 1996).

Com abertura democrática na Guiné-Bissau, deixando, assim, o regime do partido único, dirigido pelo PAIGC, surge novas forças políticas, dentre os quais o Partido Da Renovação Social, um dos fundadores Koumba Yalá, segundo presidente democraticamente eleito em 1999. Como vimos, acima, o entrevistado aponta que o PRS não é um “grupo tribal”, pois, congregam no seu seio várias figuras pertencentes a outras etnias, como o caso de Iaia Djaló e Jorge Malu. Mais do que isso, PRS teria contribuído para emergência da democracia à semelhança do Movimento Bafatá, outra força política, que, pressionavam o partido PAIGC. O PRS foi sistematicamente acusado de inclinações étnicas durante o processo de democratização. Koumba Yalá é visto como alguém que criava essa divisão na Guiné-Bissau.

Apesar de acusações de índole tribal, que teria marcado a trajetória do PRS, nem todos os entrevistados consideram o Koumba Yalá como instigador da separação e rivalidade dos grupos étnicos, os Balantas. Ainda um entrevistado ressalta que, o sentimento e as ações de Koumba Yalá sempre estiveram vinculados à paz, à democracia, inclusive no interior das Forças Armadas.

Os Balantas lutaram na luta de libertação creio que o propósito era para garantir a democracia, por isso, participaram ativamente no processo da democratização. Tiveram candidatos e eleitores Balantas e até hoje continua tendo. Como o Koumba Yalá, que nos seus discursos, sempre apelou a paz assim como os chefes das Forças Armadas Balantas que passaram apelaram sempre a paz e estabilidade para a Guiné-Bissau (Entrevistado G, 2017).

É o momento novo na história do país, na sequência do conflito de 1998, marcado por um golpe de Estado e a eleição de Koumba Yalá em novembro de 1999, após o golpe que destituiu do poder o antigo presidente João Bernardo Vieira. A partir deste período, as lideranças Balantas começaram a assumir o estado e as Forças Armadas. De 1980 a 1997, o ex-presidente João Bernardo Vieira dirigiu e controlou os sucessivos governos sob controle do PAIGC, em que a presença de lideranças Balantas no governo e nas Forças Armadas eram

insignificantes. A partir do conflito de 1998, após o golpe de estado contra o governo de Vieira, as lideranças Balantas passaram a concorrer o poder. O mandato do Koumba marca o início a esse processo, inclusive na chefia das Forças Armadas. Como diz um entrevistado, “os Balantas participaram ativamente no processo da democratização.” (Entrevistado G, 2017), já citado.

Percebemos, durante as entrevistas, certas contradições nas falas. Por exemplo: uma entrevistada, fala da presença dos Balantas nas Forças Armadas e na política, por serem majoritários, mas não admite que a participação na luta seja justificativa para assumir cargo na política. Outra contradição, a entrevistada cita três líderes Balantas (Antônio N’djai, Daba na Walna e Américo Bubo Na Tchuto), ex-combatentes, mas não são vistos como indivíduos que estão nas Forças Armadas por participarem na luta armada de libertação nacional, dirigido pelo PAIGC.

Bem, o ponto que posso abordar aqui, do que as pessoas falam e do que eu vejo, como dizem, são pessoas [Balantas] que participaram na luta de libertação. No período da democracia, os Balantas, não posso falar de todas as categorias existentes na Guiné, mas se formos ver na área política e nas Forças Armadas, são majoritários. Acho que desde início tiveram uma perspectiva positiva para Guiné porque se não fosse não iam dar as suas vidas desde era colonial até data presente. Mas, as pessoas entendem de que participando na luta é a razão de terem uma postura assim ou ocuparem muitos cargos na política, como em muitos setores, que compõe a Guiné-Bissau. Mas acho que não é certo. Como podemos tirar exemplo do nosso Antigo Chefe das Forças Armadas, Antônio N’djai. A sua governação foi muito melhor, apesar de não ter tido continuidade. Mas deu o máximo que podia. Também é o caso de Daba Na Walna, assim como Américo Bubu Na Tchuto (Entrevistada M, 2017).

Como vimos, há uma relação entre a luta de libertação nacional, política e cargos chaves no governo. Todavia, a entrevistada não a percebe assim, ou simplesmente, sua fala mostra certa contradição em não assumir essa relação no governo e nas Forças Armadas. A relação entre a etnicidade, política e Forças Armadas, no depoimento abaixo, foi encontrada na fala doutro entrevistado, quando afirma:

Do ponto de vista da participação democrática, acho que a categoria “etnia” é muito preocupante na África em geral e na Guiné em particular. Porque na maioria das vezes os políticos pegam essa categoria para se elegerem. E como exemplo disso é o caso de Dr. Koumba Yalá, que foi ex-presidente do país. E numa forma ou doutra, tentou utilizar a sua influência étnica para se eleger. E não utilizou somente a sua etnia, como também queria instrumentalizar os muçulmanos porque se converteu ao islamismo precisamente para poder obter os votos dos muçulmanos. E como sabemos um candidato com votos de Balantas e Muçulmanos na Guiné ganharia a eleição facilmente. Tirando isso, os Balantas também tiveram participações importantes nas crises políticas que aconteceram no país no período democrático, por terem um forte contingente de oficiais e militares nas Forças Armadas do país. E como os militares foram sempre colaboradores dos políticos na instabilidade política no país, não podemos tirar a responsabilidades dos Balantas nesse processo. E não só Balantas, como também os oficiais de outras etnias. Mas como estamos

falando de Balantas aqui eu vejo que tiveram uma forte participação. Atenção, quando falo “Balantas”, não significa que todos “Balantas”, mas aqueles que tiveram participações diretas, tirando, claro, essa última legislatura onde os militares não tiveram uma participação direta, pelo menos aquilo que nos mostram (Entrevistado F, 2017).

Nesta fala, as lideranças Balanta aparecem como um dos obstáculos da situação atual da política na sociedade guineense. A principal razão, de acordo com o entrevistado, tem a ver com o peso numérico dos Balantas nos contingentes nos oficiais e militares, assim, como suas participações nas sucessivas crises políticos. Koumba Yalá aparece novamente como responsável em utilizar a etnicidade e a religiosidade de forma eleitoreira, pois ele sabe o peso eleitoral dos Balantas e dos muçulmanos do campo da disputa política e luta pelo poder. Todavia, no caso da Guiné-Bissau, não se deve confundir as ações de alguns líderes Balantas como se fosse todos os Balantas. É a partir da democratização, que os vínculos étnicos submersos mais existentes começam a aparecer na disputa política na Guiné-Bissau.

O domínio da etnicidade continua merecer avaliação dos entrevistados. Com a democracia, os Balantas não são mais vistos como uma forma de organização social horizontal, como ouve, com Amílcar Cabral, que classifica a sociedade Balanta sem “sentido de estado”, pela sua organização social baseada na autoridade do mais velho. Na atualidade, há uma presença significativa dos Balantas na política, sendo os principais atores nas Forças Armadas considerados partes “negativos do grupo étnico que desestabilizou muito o país e o povo”.

Na democratização que comecei, a saber, quando foi eleito o primeiro presidente Balanta. É a partir daí que comecei a conhecer os Balantas na política. Pode ter existido antes, mais não conhecia. A parte negativa eu acho reside nas Forças Armadas, quando foi assumida pelo general Balanta que desestabilizou muito o país e o povo, quando teve conflito entre as etnias. Os Balantas só querem ser chefe, de jeito que não é bom, para o desenvolvimento de um país. Na democracia o nome dos Balanta não foi bem visto, apesar de não serem todos, mas, principalmente, na área das Forças Armadas (Entrevistado D, 2017).

Após a luta de libertação, não houve desmobilização e integração dos velhos combatentes Balantas. Com a democratização, houve uma reviravolta radical entre as lideranças do grupo étnico Balanta, que entraram massivamente na política. Nesse sentido, a etnicidade contemporânea dos Balantas não teria haver com suas sociedades horizontais “sem estado”, “sem sentido de poder” e da política, mas, ao contrário, como grupo étnico que luta pelo reconhecimento, que envolve na política, que participa das eleições. De acordo com um entrevistado, esse processo ocorreu porque:

Baseando na história, podemos ver que os Balantas aderiram massivamente no processo de lutar de libertação. A partir desse momento, podemos entender que participaram com o propósito de obter um Estado novo, bem-estar para

toda sociedade. Essa aderência na luta não parou depois da luta. Continuou até na data presente. Lembrando que vivíamos num período de partido único, depois da independência. O povo Balanta, como os outros povos, entendeu que o regime não era justo, pelo que a sociedade guineense lutou. Saíram de mãos dos colonizadores, não podiam continuar em mãos de um pequeno grupinho de pessoas que programam regime de ditadura. Nesse âmbito que a etnia Balanta sempre continuou na luta à procura de uma sociedade guineense melhor, participando massivamente em termos políticos. Como podemos ver, por exemplo, ex-presidente da república, Koumba Yalá. Antes dele, tinha outros, que foram assassinados, por causa de reivindicações de seus direitos que faziam contra o partido único. Essa luta continuou até nos anos noventa, com a conquista da democracia. Apesar de muitos disseram que Balantas são perturbadores do país, são os que mandam na Guiné-Bissau. Mas sou da opinião contrária. A razão de serem majoritários nas Forças Armadas guineense é porque, depois da luta, não foram feita a desmobilização. Muitos se refugiaram para política. Então, finalizo dizendo que a participação da etnia Balanta foi muito positivo, interessante, na democratização de Guiné-Bissau (Entrevistado A, 2017).

É nesse processo de envolvimento político que também entra a noção do tribalismo, ou seja, à utilização política que algumas lideranças fazem da etnicidade que são produto direto da disputa política. Por outro lado, o tribalismo também pode ser visto como resultado das relações de poder entre os grupos étnicos na Guiné-Bissau, mas também, em qualquer outra parte do mundo onde as etnias estivessem e fizessem parte da sociedade contemporânea.

Eu entendo a participação dos Balantas na democratização é igual à de todas as etnias da Guiné-Bissau. Acho que o povo aponta a etnia Balanta porque o partido PRS teve um líder principal Balanta. Na democratização é o povo que participa e Balanta como povo que faz parte dessa sociedade teve a sua participação com determinação no processo de democratização, como aconteceu com outros povos ou etnias. E foi muito bem ativo a participação dos Balantas na democratização (Entrevistado E, 2017).

Aqui os Balantas aparecem como *povo*, não como grupo étnico. Até então, as definições teóricas dadas pelos cientistas sociais, incluindo Amílcar Cabral, definiam Balantas como um grupo homogêneo, com sua cultura que compartilham uma língua. Na nossa investigação percebe-se que, na Guiné-Bissau, existem diferenças no próprio seio da sociedade Balanta, como em línguas que compartilham, manifestações culturais distintas, embora haja semelhanças que os define em termos de grupos. É igualmente relevante a participação dos Balantas na democracia como povo que faz parte da sociedade guineense, como também dos conflitos e das disputas eleitorais.

Segundo um entrevistado, existe hierarquia dos Balantas, como grupo étnico.

Os Balantas desempenharam um papel muito importante na luta pela independência, pelo o que os meus olhos me mostram e a história conta por isso são majoritários nas forças armadas que defende a nação. Os Balantas aderiram à luta porque queriam garantir a tranquilidade no país, e que ele se encaminhe com os seus próprios pés não para ser dirigido por outros povos.

Partindo da minha realidade, na minha convivência com Balantas, entendi que *tem hierarquia* nos Balantas. A forma como eles se apresentam pode ser diferente das outras etnias, mas tem chefes, apesar das ideais são compartilhadas em conjunto, e os chefes não são chamados de Régulos. Eu me lembro de que na minha tabanca no Bissauzinho tinha um chefe de tabanca Balanta que, quando ia acontecer qualquer cerimônia, ele era avisado, até nós que fazíamos parte da Igreja Católica, avisávamos para ele que vamos ter cerimônia na Igreja (Entrevistado G, 2017).

Embora, não haja uma estrutura de poder nos moldes europeus, poder centralizado, no qual é distribuído entre vários órgãos que constitui o Estado, o grupo étnico Balantas apresentam um poder centralizado na figura do “homem grande” que se traduz na tomada de decisões dentro da comunidade, enquanto principal símbolo, regulador de relações e possíveis conflitos baseada na concepção ética própria dos Balantas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho procurou-se analisar a participação dos Balantas no processo político guineense segundo visão dos nossos entrevistados, tendo como referência os três momentos distintos e interligados: colonização, luta de libertação e democratização.

No período colonial, a análise aponta a política colonial na tentativa de desmantelamento da estrutura dos Balantas mediante exploração de recursos e trabalhos forçado, como aconteceu com outras etnias. O colonialismo português geralmente levavam os produtos de baixa qualidade e trocavam com bens ou produtos locais. Além dos abusos físicos e exploração dos recursos naturais, na atual Guiné-Bissau, o colonialismo se pautou na ideia de inferioridade racial e cultural, separando os grupos étnicos entre os “civilizados” e “não civilizados” através do “estatuto do indignado<sup>6</sup>”.

Durante o regime do partido único, houve disputas que culminaram no assassinato de algumas figuras Balanta acusados pelo então presidente João Bernardo Vieira de tentativa de golpe do estado no caso de 17 de outubro de 1986.

No período da abertura política para a democracia, nos anos 1990, houve uma acirramento de disputas política em que os Balantas passaram a ocupar lugares importantes na disputando o poder. É um momento totalmente diferente do período do partido único em que as lideranças Balantas tiveram pouca presença e destaque no Estado, na Guiné-Bissau.

O conflito de 1998 até a atualidade percebe-se cada vez a maior presença dos Balantas marcado pelos conflitos militares, dentre eles, o conflito militar de 7 de junho de 1998 e sucessivos golpes de Estado na Guiné-Bissau. A eleição do ex-presidente Koumba Yalá aprofunda a disputa envolvendo identidades dos grupos étnicos.

É importante também registrar as resistências dos grupos étnicas, desde chegada dos portugueses, colonizadores. Nesse período, os Balantas nunca foram passivos com a exploração portuguesa e dos trabalhos forçados que impunham. No período colonial houve várias resistências dos grupos étnicos contra o colonialismo. Muitas etnias acabaram por render com o tempo, mas a etnia Balanta sempre resistiu até ao fim do colonialismo português na Guiné-Bissau.

Durante a luta de libertação, os Balantas deram vasto apoio ao PAIGC na luta política para a independência da Guiné-Bissau. Grande parte dos exércitos era constituída por Balantas, a força física da luta. Para explicar a razão dessa participação o Cabral vai dizer que foi por

---

<sup>6</sup> Documento colonial que regulamentava a sociedade colonial, que visava a “assimilação” dos indígenas na cultura colonial. Foi criado por Decreto-lei de 20 de Maio de 1954 e abolido em 1961.

causa da sua organização ou estrutura social “horizontal”, isto é, sem hierarquia, “sem Estado”, por isso foi fácil convence-los para aderência da luta porque não admitem nenhuma forma de dominação.

No decorrer da nossa entrevista percebe-se que a maior parte dos nossos entrevistados ausentam do conhecimento do país antes da luta de libertação em especial dos Balantas nesse período. A referência que se tem dos Balantas é da história do próprio país é a partir da luta de libertação nacional contra a política do estado colonial.

Diferentemente de Amílcar de Cabral, para os nossos interlocutores a etnia Balanta sempre teve a hierarquia, mas diferente. A participação dos Balantas na luta de libertação se deu porque a luta teve início na Província Sul da Guiné-Bissau, onde a maior parte da população era Balanta.

É a partir desse período também que começou a emergir sentimentos negativos em relação aos Balantas, conforme colocado por alguns entrevistados. O resultado foi uma instabilidade crescente que caracterizaram as disputas, a insatisfação no ceio da sociedade e da política que gerou uma visão negativa do país.

Considera importante investigar minuciosamente a história da Guiné-Bissau em particular dos Balantas antes da luta de libertação para podermos entender melhor a atualidade.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUTI, José Maurício. **Etnicidade. Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa** / org., Livio Sansone e Calaudio Alves Furtado – Salvador: EDUFBA, 2014.

AUGEL, Moema Parente. 1939. **O desafio do escomburo: nação, identidade e Pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**/Moema Parente Angel. – Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BARTH, Frederick. **Os grupos étnicos e as suas fronteiras** / Frederick Barth. In O Guru o Iniciador e outras. Org. Tomke Lask – ed. Contre Capa, 2006.

BOBBIO, Norbert. **Dicionário de política** / Norbert Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. Trad. Joao Ferreira, Carmem C. Variale e outros. Ed. Universidade de Brasília, 2ª ed. Brasília 1986.

CABRAL, Amílcar. **A Cultura Nacional: libertação nacional e a cultura** / Amílcar Cabral. Coleção Cabral ka murri. Departamento de informações propoganda e culutura C.C. PAIGC, E. avante, SARL, Portug4al 1984.

CABRAL, Amílcar. **A arma da teoria: Unidade e Luta I** / Amílcar Cabral – VI 2ª ed. Cera Nova Lisboa 1978.

CABRAL, Luís. **Colonialismo Português em África “Massacre de Pindjiquiti” 1959**. Luís Cabral - 18 de Abr. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oV5893gPHXk> > Acessado em 1 de maio de 2017, Canal Miguel Ferreira.

CAMMILLERI, Salvatore. **A identidade cultura do povo Balanta** / Salvatore Cammilleri – ed. FASPEBI- Lisboa, 2010.

CANDE MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: Da luta armada à construção do estado nacional – conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)** / Artemisa Odila Candé Monteiro – Salvador 2013.

CÓ, João Ribeiro Butiam. **Representação e confinamento de estruturas sociais na Guiné-Bissau: uma abordagem sobre conflitos e consensos** / João Ribeiro Butiam Có – 2010.

DJALÓ, Tchernó. **O mestiço e o poder: identidade, Dominações e resistência na Guiné**/ Tchernó Djaló. 1 ed. 2012.

GAZETA DE NOTÍCIA. Segundo dados do último recenseamento: população da Guiné-Bissau cresceu 2% em 19 anos. 20 de jul. 2010. Disponível em: < [http://www.gaznot.com/?link=details\\_actu&id=466&titre=Sociedade](http://www.gaznot.com/?link=details_actu&id=466&titre=Sociedade)> Acessado em: 07 de dez. de 2017.

GIL, António Carlos. **Metodologia de pesquisa social** / António Carlos Gil – 6. Ed – São Paulo: Atlas, 2008.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita a história contemporânea**/ Leila Leite Hernandez. – São Paulo: Selo Negro, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DA PESQUISA DA GUINÉ-BISSAU – INEG. **Censo 2009**. Disponível em: <<http://www.stat-guine-bissau.com/>>. Acesso em: 16 de Set. de 2016.

LIBERATO, Carlos Franco. **Os conceitos de etnia e classes sociais: uma primeira aproximação dos instrumentos de análise da realidade africana** / Carlos Franco Liberato – revista de estudos guineense / Soronda; N 14 Jul. 92.

LOPES, Carlos. **Kabunké: espaço, território e poder na Guiné-Bissau Gambia, Cassamansa pré-colonial** / Carlos Lopes, Maria Augusta Júdice, Lurdes Júdice (Tradução). – Lisboa: comissão nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999.

LOPES, José Vicente. **Cabo-Verde, as causas da independência: o estado e a transição para a democracia na África Lusófona**. Praia: Spleen Edições, 2003.

LY-TALL, Madina. **O Declínio do Império de Mali** / Madina Ly-Tall. In. História geral da África, IV: África do Século XII ao XVI / editado por Djibril Tamsir Miane. – 2. Ed. Ver. Brasília: UNESCO, 2010.

MANÉ, Mamadu. **O Kaabu: Uma das grandes entidades do Patrimônio Histórico Senegambia** / Mamadu Mané, Revista de Estudos Guineenses-Soronda, 1989.

MENDY, Konkaila Françoer. **Colonialismo Português em África: “Massacre de Pindjiquiti” 1959**. Kankoa Françoer Mendy - Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oV5893gPHXk>> Acessado em: 16 de Dec. de 2016, Canal Miguel Ferreira.

MENDY, Peter. A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau. In: KOUDAWO, Fafali e Mendy, Peter Michel Karibe (orgs). **Pluralismo político na Guiné-Bissau: uma transição em curso**. Bissau: INEP, 1996, p. 13-65.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORÃO, Daniele Ellery. **Guiné-Bissau e Cabo-Verde: identidades e nacionalidades em construções** / Daniele Ellery Morão - PRO-POSIÇÕES, Revista quadrimestral da faculdade de educação-Unicamp. V. 20, n. 1 (58) – jan./abr. 2009.

NIANE, Djibril Tamsir. **O Mali e a segunda expansão mandé** / Djibril Tamsir Miane. In. História geral da África, IV: África do Século XII ao XVI / editado por Djibril Tamsir Miane. – 2. Ed. Ver. Brasília: UNESCO, 2010.

NKRUMAH, Kwame. **Luta de Classe na África**. Kwame N`krumah – São Paulo 1ª ed.2016

POTINGNT, Pilippe. **Teoria da etnicidade**, seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth / Pilippe Poutignt, Josseline Steiff – Fenart, Trad. Elcio Fernandes – São Paulo: Fundação ed. da UNESP, 1998.

SIMÕES, Landersent. **Babel Negra: etnografia arte e cultura dos Indígenas da Guiné** / Landersent Simões - 1935.

SOUSA, Julião Soares. **Guiné-Bissau: a distração de um país, desafios e reflexões para uma nova estratégia nacional**. Julião Soares Sousa – 1ª ed. Coimbra Setembro 2012.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o estado** / Ricardino Jacinto Dumas Teixeira – Recife: Ed. Do autor, 2015.

## ANEXO

### Questionários aplicados na pesquisa

- 1- Você tem alguma ideia sobre a etnia Balanta?
- 2- Qual é a sua visão sobre Balantas no período colonial?
- 3- Como percebe a participação de Balantas na luta de libertação?
- 4- Por que os Balantas participaram na luta armada?
- 5- Como você vê a estrutura horizontal da etnia Balanta?
- 6- Como você percebe Balantas na democracia na Guiné?